



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO EDUCACIONAL DE PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL
DE CAPÃO BONITO/SP

Cláudio Roberto Azevedo

Asunción, Paraguay

2023

Cláudio Roberto Azevedo

**ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO EDUCACIONAL DE PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL
DE CAPÃO BONITO/SP**

Dissertação apresentada, defendida e aprovada para curso de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências Humanas e da Comunicação da Universidade Autônoma de Assunção como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação

Orientador: Professor Dr. Javier Numan Caballero Merlo

Asunción, Paraguay

2023

Cláudio Roberto Azevedo, 2023

Acessibilidade e Inclusão Educacional de Pessoas com Deficiência: Um Estudo de
Caso em uma Escola Pública Estadual de Capão Bonito/Sp

111 pp.

Tutor: Dr. Javier Numan Caballero Merlo

Maestría en Ciencias de la Educación

Universidad Autónoma de Asunción.2023

**ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO EDUCACIONAL DE PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DE
CAPÃO BONITO/SP**

Dissertação apresentada e defendida na Universidade
Autônoma de Assunção, como requisito para a obtenção do
título de Mestre em Ciências da Educação.

Aprovada pelo COMITÊ EXAMINADOR em Asunción – Paraguai,

____/____/____

Os Céus declaram a glória de Deus e o firmamento anuncia a obra das suas mãos. Um dia faz declaração a outro dia, e uma noite mostra sabedoria a outra noite. Não há linguagem nem fala onde não se ouça a sua voz. A sua linha se estende por toda a Terra, e as suas palavras até ao fim do mundo

AGRADECIMENTO

A Deus por me proporcionar perseverança durante toda a minha vida.

À minha querida esposa Eliane Cristina de Carvalho Azevedo pelo seu amor incondicional e meu filho Cláudio Roberto de Carvalho Azevedo por compreender minha dedicação ao projeto de pesquisa.

Aos meus pais Zélio e Rita (in memorian), meu sogro Elias e sogra Antônia pelo apoio e incentivo que serviram de alicerce para as minhas realizações.

Ao meu professor orientador Dr. Javier Numan pelas valiosas contribuições dadas durante todo o processo.

Os meus amigos Jonatas, Alison e Edval e a todos os colegas de sala do curso de mestrado que compartilharam dos inúmeros desafios que enfrentamos, sempre com o espírito colaborativo.

Agradeço à Universidad Autónoma de Asunción e o seu corpo docente que demonstrou estar comprometido com a qualidade e excelência do ensino.

Por fim, agradeço a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para este trabalho, agradeço-lhes do fundo do meu coração. Espero que o relato desta pesquisa possa levar a novas descobertas e possa contribuir para a melhoria da vida das pessoas.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	X
LISTA DE ABREVIATURA	XI
LISTA DE FIGURAS.....	XIII
RESUMEN	XV
RESUMO.....	XVI
INTRODUÇÃO.....	1
1. MARCO TEÓRICO	8
1.1 Acessibilidade e inclusão educacional.....	8
1.1.1 - Conceitos e definições de acessibilidade e inclusão educacional.....	10
1.1.2 - Políticas públicas e legislação sobre acessibilidade e inclusão educacional.....	15
1.1.3 - Estratégias e práticas pedagógicas para inclusão de pessoas com deficiência.....	20
1.2 - Pessoas com deficiência.....	22
1.2.1 - Tipos de deficiência e suas características	23
1.3 - Processos de aprendizagem e desenvolvimento de pessoas com deficiência.....	24
1.4 - Desafios e barreiras enfrentados na educação	25
2. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO	27

2.1 - Caracterização da escola e do contexto socioeconômico.	27
2.2 - Objetivos geral e específicos.	28
2.2.1 - Objetivo geral.	28
2.2.2 - Objetivos específicos.	28
2.3 - Identificação dos recursos e práticas de acessibilidade e inclusão educacional adotadas pela escola.	28
2.4 - População participante.	29
2.4.1- Alunos do Ensino Médio.	29
2.4.2 - Funcionários da Instituição.	29
2.5 - Técnicas e instrumentos para coleta dos dados.	31
2.5.1 - Guia de entrevista.	32
2.6 - Fotos da Infraestrutura Escolar na EE Dr. Raul Venturelli.	36
2.7 - Validação dos Instrumentos.	36
2.8 - Procedimentos para coleta dos dados.	38
2.9 - Técnicas de análise e interpretação dos dados.	38
2.9.1- Interpretar os dados.	39
3. ANÁLISES DOS DADOS.	41
3.1 - Opinião dos alunos do Ensino Medio sobre a Inclusão E Acessibilidade na escola.	44

3.2 - Perspectiva dos funcionários sobre as práticas inclusivas e de acessibilidade da escola.	45
3.3 - Acessibilidade e inclusão em foco: imagens que contam a história da escola.	46
3.3.1 - Análise da fachada da EE Dr. Raul Venturelli: uma visão em imagens.	47
3.3.2 - Acessibilidade e inclusão no pátio escolar.	51
3.3.3 - Acessibilidade e inclusão no refeitório da escola.	59
3.3.4 - Acessibilidade na entrada das salas de aula.	65
3.3.5 - Banheiros escolares: análise de acessibilidade e inclusão.	71
CONCLUSÃO.	76
RECOMENDAÇÕES.	78
REFERÊNCIAS.	80
APÊNDICES.	88

LISTA DE TABELAS

TABELA N° 1 - POPULAÇÃO PARTICIPANTE DA PESQUISA	30
TABELA N° 2 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO GUIA DE ENTREVISTA PARA ALUNOS E FUNCIONÁRIOS NA PESQUISA SOBRE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO EDUCACIONAL NA ESCOLA DR. RAUL VENTURELLI	33
TABELA N°3 - CARACTERÍSTICAS DOS ENTREVISTADOS E ETAPAS DA ENTREVISTA NA ESCOLA DR. RAUL VENTURELLI	43

LISTA DE ABREVIATURA

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS

AEE - ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

CDPD - CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

CF - CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA

CID - CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE DEFICIÊNCIAS, INCAPACIDADES E IMUNIDADE

DNEEEB - DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO

BÁSICA

EE- ESCOLA ESTADUAL

EPCD - ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

IDH - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

LBI - LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO

LDB - LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

NBR - NORMA BRASILEIRA

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE

ONGS - ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

PCD - PESSOAS COM DEFICIENCIA

PNEEPI - POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PNPD - PLANO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

PNIPPD - POLÍTICA NACIONAL PARA A INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA

DE DEFICIÊNCIA

PPP - PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

TGD - TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: FOTO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MEDIO DR. RAUL VENTURELLI....	47
FIGURA 02: FOTO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MEDIO DR. RAUL VENTURELLI RUA CALÇADA.....	48
FIGURA 03: FOTO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MEDIO DR. RAUL VENTURELLI – ENTRADA DE ACESSO DIRETO AO PÁTIO1	49
FIGURA 04: FOTO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MEDIO DR. RAUL VENTURELLI – ENTRADA DE ACESSO DIRETO AO PÁTIO2.....	50
FIGURA 05: FOTO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MEDIO DR. RAUL VENTURELLI – CORREDOR EXTERNO1	51
FIGURA 06: FOTO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MEDIO DR. RAUL VENTURELLI – CORREDOR EXTERNO2	52
FIGURA 07: FOTO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MEDIO DR. RAUL VENTURELLI – CORREDOR EXTERNO3	54
FIGURA 08: FOTO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MEDIO DR. RAUL VENTURELLI – CORREDOR EXTERNO4.....	55
FIGURA 09: FOTO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MEDIO DR. RAUL VENTURELLI – CORREDOR EXTERNO5	56
FIGURA 10: FOTO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MEDIO DR. RAUL VENTURELLI – CORREDOR EXTERNO6.....	57
FIGURA 11: FOTO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MEDIO DR. RAUL VENTURELLI – CORREDOR EXTERNO7	58
FIGURA 12: FOTO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MEDIO DR. RAUL VENTURELLI – REFEITÓRIO1	59
FIGURA 13: FOTO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MEDIO DR. RAUL VENTURELLI	

REFEITÓRIO2	61
FIGURA 14: FOTO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MEDIO DR. RAUL VENTURELLI –	
REFEITÓRIO3	61
FIGURA 15: FOTO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MEDIO DR. RAUL VENTURELLI –	
REFEITÓRIO4	62
FIGURA 16: FOTO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MEDIO DR. RAUL VENTURELLI –	
REFEITÓRIO5	63
FIGURA 17: FOTO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MEDIO DR. RAUL VENTURELLI –	
ENTRADA DE SALA DE AULA1	65
FIGURA 18: FOTO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MEDIO DR. RAUL VENTURELLI –	
ENTRADA DE SALA DE AULA2	67
FIGURA 19: FOTO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MEDIO DR. RAUL VENTURELLI –	
ENTRADA DE SALA DE AULA3	68
FIGURA 20: FOTO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MEDIO DR. RAUL VENTURELLI –	
ENTRADA DE SALA DE AULA4	69
FIGURA 21: FOTO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MEDIO DR. RAUL VENTURELLI –	
ENTRADA DE SALA DE AULA5	70
FIGURA 22: FOTO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MEDIO DR. RAUL VENTURELLI –	
BANHEIRO1	71
FIGURA 23: FOTO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MEDIO DR. RAUL VENTURELLI –	
BANHEIRO2	72
FIGURA 24: FOTO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MEDIO DR. RAUL VENTURELLI –	
BANHEIRO3	73
FIGURA 25: FOTO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MEDIO DR. RAUL VENTURELLI –	
BANHEIRO4	73

RESUMEN

La tesis en cuestión trata sobre la accesibilidad y la inclusión educativa de personas con discapacidad en una escuela pública estatal en Capão Bonito/SP, a partir del análisis de fotos y entrevistas con empleados y alumnos. A pesar de algunas adaptaciones que ya existen en la escuela, como rampas de acceso en algunas áreas, la investigación identificó una serie de obstáculos que dificultan la accesibilidad e inclusión de los estudiantes con discapacidad, como la ausencia de rampas en las aulas y baños, así como cabinas baño sin espacio adaptado para sillas y urinarios sin adaptación. Basado en la Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional (LDB/1996), que establece la obligación del Estado de garantizar el acceso a la educación a todas las personas, independientemente de sus condiciones físicas, teórica o social., la tesis hace una recomendación para que la escuela invierta en acciones que promuevan la accesibilidad y la inclusión educativa de las personas con discapacidad, como recursos pedagógicos específicos, modificaciones arquitectónicas y conciencia de la importancia de la inclusión, ser hecho para garantizar la accesibilidad y la inclusión educativa de las personas con discapacidad en la institución, y que es esencial que la escuela pública estatal de Capão Bonito/SP realice acciones efectivas para promover la inclusión y la igualdad de oportunidades para todos los estudiantes.

Palabras clave: Accesibilidad, inclusión, discapacidad, educación, derecho

RESUMO

A tese em questão trata da acessibilidade e inclusão educacional de pessoas com deficiência em uma escola pública estadual de Capão Bonito/SP, a partir da análise de fotos e entrevistas realizadas com funcionários e alunos. Apesar de algumas adequações já existentes na escola, como rampas de acesso em algumas áreas, a pesquisa identificou uma série de obstáculos que prejudicam a acessibilidade e inclusão de alunos com deficiência, como a ausência de rampas nas salas de aula e banheiros, além de cabines de banheiro sem espaço adaptado para cadeiras e mictórios sem adaptação. Com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), que estabelece a obrigatoriedade do Estado em garantir o acesso ao ensino para todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, teóricas ou sociais, a tese faz uma recomendação para que a escola invista em ações que promovam a acessibilidade e inclusão educacional de pessoas com deficiência, como recursos pedagógicos específicos, modificações arquitetônicas e conscientização sobre a importância da inclusão. Assim, a pesquisa conclui que ainda há muito a ser feito para garantir a acessibilidade e inclusão educacional de pessoas com deficiência na instituição, e que é fundamental que a escola pública estadual de Capão Bonito/SP realize ações efetivas para promover a inclusão e igualdade de oportunidades para todos os alunos.

Palavras-Chave: Acessibilidade, inclusão, deficiência, educação, direito

INTRODUÇÃO

A presente tese, intitulada "*Acessibilidade e Inclusão Educacional de Pessoas com Deficiência: Um Estudo de Caso em uma Escola Pública Estadual de Capão Bonito/SP*" tem como objetivo contribuir para o aprimoramento da inclusão educacional de pessoas com deficiência na cidade de Capão Bonito/SP.

A pesquisa avaliará a acessibilidade em espaços educacionais urbanos adaptados no atendimento das pessoas com deficiência. Para embasar a pesquisa, serão utilizadas leis e normas, tais como a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 13.146/2015, a Norma ABNT NBR 9050, o Plano Nacional de Educação e o Decreto nº 7.611/2011. O município de Capão Bonito está localizado no estado de São Paulo, e sua população atual, segundo o IBGE, é de 47.045 habitantes.

A Investigação é de suma importância para o presente momento que vivemos.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 (CF/1988) estabelece o direito à educação como um direito social e prevê a garantia de acesso à educação para todas as pessoas, sem discriminação. Nesse sentido, a CF/1988 reconhece que a educação é um direito fundamental e essencial para o desenvolvimento pleno de todas as pessoas, independentemente de suas características pessoais. Além disso, é importante mencionar que a CF/1988 assegura também a acessibilidade como um direito, o que significa que todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência, devem ter condições de acessar os espaços e os recursos educacionais de forma autônoma e segura.

O art. 27 do Estatuto da Pessoa com Deficiência faz a seguinte afirmação:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar

o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. (Brasil, 2015, p.103)

Com base nesses princípios constitucionais, é possível afirmar que a acessibilidade é fundamental para garantir o pleno exercício do direito à educação pelas pessoas com deficiência. Afinal, a falta de acessibilidade pode dificultar ou até mesmo impedir o acesso aos espaços e recursos educacionais, o que configura uma forma de discriminação e exclusão social. Dessa forma, a garantia da acessibilidade como um direito de aprendizagem e de ações inclusivas é essencial para a promoção da educação inclusiva e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define deficiência da seguinte maneira:

As deficiências de estrutura podem consistir numa anomalia, defeito, perda ou outro desvio importante relativamente a um padrão das estruturas do corpo. As deficiências foram definidas de acordo com os conhecimentos biológicos atuais ao nível de tecidos ou das células e ao nível infracelular ou molecular. Por motivos práticos, no entanto, esses níveis não estão classificados. As bases biológicas das deficiências orientaram essa classificação e é possível expandir a classificação para incluir os níveis celular ou molecular. Do ponto de vista médico, deve-se ter em mente que as deficiências não são equivalentes às patologias subjacentes, mas sim a manifestações dessas patologias. (OMS, 2004, p. 14)

Apesar do afirmado na CF/1988, a realidade nas escolas nacionais brasileiras deixa a desejar quando o assunto é a estrutura educacional efetiva para inclusão, de acordo com o

estudo realizado por Carvalho (2017, p. 2), “a inclusão escolar é um tema polêmico que exige reflexão e preparo do contexto escolar na atualidade”, e que envolve assuntos sociais, políticos, educacionais, medicinais, entre outros. Embora alguns estudiosos estejam discutindo sobre terminologias, as escolas estão recebendo cada vez mais crianças com necessidades especiais, o que coloca o sistema escolar brasileiro diante do desafio de buscar uma educação que contemple a diversidade da condição humana.

Percebe-se que embora haja leis que garantam esses direitos, eles ainda são falhas na prática. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (EPCD), define pessoa com deficiência como alguém que tem impedimentos de longo prazo em natureza física, mental, intelectual ou sensorial que podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade. A lei também inclui a acessibilidade como uma das condições necessárias para a participação plena da pessoa com deficiência na sociedade, bem como a inclusão de profissionais de apoio escolar em todas as atividades escolares.

A lei LBI ou EPCD, corrobora com CF/1988, e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), quando afirma ser dever do Estado garantir a acessibilidade arquitetônica e a oferta de profissionais habilitados para assegurar o acesso das pessoas com deficiência aos espaços educacionais. Entretanto esses compromissos ainda são falhos e as pessoas com deficiência não são contempladas devidamente.

A LBI representa um marco importante para a garantia dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil, todavia é necessário monitorar sua implementação e buscar formas de superar os obstáculos e desafios que ainda existem para a sua efetivação. É justamente através das realizações de estudos e pesquisas, bem como o diálogo e a articulação entre os diferentes atores envolvidos, que a contribuição para a promoção da inclusão educacional e social das

pessoas com deficiência pode ser verificada de forma efetiva.

Com o objetivo de avaliar os resultados das iniciativas e verificar o acatamento das obrigações da LBI em relação à acessibilidade arquitetônica, o estudo aborda uma pesquisa audiovisual, com entrevistas e coletas de imagens, de uma escola de rede pública estadual do município de Capão Bonito, pertencente ao Estado de São Paulo.

- E.E. Dr. Raul Venturelli, está localizada em Rua Yoiti Ikeda, 170. Jardim Cruzeiro. Possui um total de Alunos 945 distribuídos entre o Ensino Médio.

Diante do pressuposto, essa pesquisa tem o escopo de indagar sobre a forma como a escola aborda a política de inclusão educacional e em como ela promove sua eficácia dentro do ambiente escolar, com o intuito de possibilitar o surgimento de concepções e experiências que servirão para melhorar a qualidade da educação do município de Capão Bonito/SP, sendo que não existe pesquisa nessa área ainda.

Uma escola inclusiva é um ambiente escolar que “valoriza a diversidade e a inclusão, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas características e habilidades, tenham acesso a uma educação de qualidade” (Lima, et al, 2019, p.6). Na escola inclusiva, a diversidade é considerada uma riqueza e não uma barreira, e todas as crianças são valorizadas e respeitadas por quem são. Além disso, a escola inclusiva oferece recursos e suportes adicionais para garantir que todos os alunos tenham acesso ao currículo e às oportunidades de aprendizagem. Isso pode incluir, por exemplo, compatibilidade curriculares, tecnologias assistivas, suporte de professores especializados e acomodações físicas.

A presente pesquisa seguirá o modelo não experimental, onde, segundo Campoy (2018, p. 151) “o pesquisador não manipula qualquer tipo de variável, nem há nenhum tipo de medida antes do fato, ao contrário dos projetos experimentais”.

Para tal, será alicerçada em diagnósticos de investigações, com suporte teórico legal para seu embasamento. A pesquisa descritiva justifica-se devido a sua importância ao relatar fatos e coletar dados que são impressionáveis para o entendimento da ação inclusiva. Pois Campoy (2018 p. 151) diz que a pesquisa descritiva “tem como objetivo a descrição de maneira precisa e cuidadosa, fatos e situações analisadas sem interagir com ele, assim eles descrevem as tendências de um grupo ou população”.

Durante a execução desse estudo seguiu-se algumas etapas a fim de conhecer e organizar o objeto de estudo. Inicialmente realizou-se um levantamento bibliográfico a fim de selecionar os mais relevantes para o trabalho, como:

- Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015)
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996)
- Norma Brasileira de Acessibilidade (ABNT NBR 9050/2015)
- Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/SEESP, 2008)
- Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (MEC/SEESP, 2001)
- Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver Sem Limite (2011-2015)

Além da realização de uma revisão bibliográfica para identificar estudos e pesquisas que abordam o tema da inclusão de pessoas com deficiência na educação.

Para realizar a coleta de dados utilizou-se a técnica de guias de entrevista, destinadas a população, a amostra de participante foi dividida entre os dois grupos entrevistados (Alunos do

Ensino Médio e Funcionários da Instituição) com a diversidade de características dos participantes, como gênero, idade, entre outros, garantindo uma amostra representativa e variada. A composição de entrevistados participantes foi de 30 alunos do ensino Médio (1^a a 3^a ano) e 20 funcionários.

Para elucidar e organizar as informações desse trabalho, o mesmo foi dividido em três partes.

Em um primeiro momento, será apresentado o marco teórico utilizado para a investigação, foram usufruídos como referência trabalhos acadêmicos e pesquisas realizados com temas relacionados à inclusão educacional brasileira dos últimos 20 anos que demonstram a transformação da visão social e das práticas educacionais, assim como as leis que alicerçam a temática.

A segunda seção descreve a metodologia adotada neste estudo descritivo. Apresentamos informações sobre a natureza dos métodos, procedimentos e instrumentos utilizados para coletar dados, bem como detalhes sobre as escolas e indivíduos investigados. Essa parte nos permite discutir o trabalho de campo realizado para obter os dados necessários para responder à nossa questão central.

A terceira seção apresenta os resultados da pesquisa, juntamente com reflexões sobre as questões de pesquisa protegidas. Além disso, é discutido o impacto e implementação das políticas de inclusão na escola examinada e na gestão escolar, com base nos dados recolhidos. Por fim, são projetadas considerações finais seguidas ao tema da pesquisa.

Concluindo essas introduções, expõe-se as considerações finais e propostas sobre os resultados da pesquisa e suas consequências para a promoção da inclusão escolar efetiva, além de sugestões relevantes para a aplicação de políticas educacionais relacionadas à capacitação e

adaptação da infraestrutura escolar, que é de suma importância para o bom desenvolvimento das atividades escolares.

1.MARCO TEÓRICO

1.1- Acessibilidade e inclusão educacional

O processo de inclusão educacional ocorre por meio da Educação Especial e diz respeito à educação escolar de indivíduos com alguma necessidade específica. Entretanto, é importante ressaltar o fator histórico, no qual, infelizmente, ao longo dos séculos, as pessoas com necessidades especiais foram consideradas incapazes de cumprir um papel na sociedade, sendo associadas a diversas doenças e/ou limitação. (Carvalho, 2019, p. 164)

Contudo, essa concepção passou por grandes mudanças e com inúmeras transformações sociais, hoje, a maneira como essas questões são vistas é outra, onde a intenção anterior de exclusão dá lugar à aceitação e inclusão.

Segundo Carvalho (2019, p. 164), “o objetivo da inclusão é compreender e aceitar as individualidades como um todo”, onde o termo “necessidades especiais” deve ser desvinculado da ideia de incapacidade e limitação. Para a autora, esse estereótipo não corresponde à realidade, uma vez que qualquer pessoa pode estar sujeita a situações que temporariamente ou permanentemente limitam suas capacidades, fato que pode afetar sua vivência social. Apesar dos avanços na forma de atender às necessidades especiais, infelizmente, a sociedade ainda enfrenta conflitos que se refletem em diversos tipos de violência e, “para membros sociais que têm um histórico de rejeição, isso não é diferente, principalmente quando se trata do ambiente escolar, onde essa vivência cotidiana se torna evidente” (Gasparian, 2012, p. 66).

É importante ressaltarmos que, ao tratar de Pessoas com deficiência (PcD) a correta evolução do ambiente no qual estão inseridos pode potencializar, ou não, sua deficiência. Essa compreensão só é percebida caso a deficiência seja entendida não como o resultado de um

infortúnio que acomete uma determinada pessoa, que passa a ser responsabilizada por adequar-se às condições sociais que lhe são apresentadas, mas como uma condição que pode ter seus efeitos reforçados pelo ambiente. Tal compreensão é ampliada a partir de estudos que conferem à PcD uma condição que, em condições de interação com o ambiente, pode ou não ser intensificada pelo mesmo, tal como afirmado anteriormente (Diniz, 2007, p. 89). Essa concepção é ratificada no art. 1º do Decreto 6.949/2009, conhecido como Convenção sobre os Direitos das PcD, que considera tais pessoas como: “aquelas com impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas”. (Brasil, 2009, (art. 2º)

Não se pode negar que essa nova concepção tem, ao longo do tempo, possibilitado alguns avanços. Contudo, apesar de muitas conquistas nas últimas décadas, o acesso dessas pessoas aos espaços públicos continua sendo dificultado por barreiras físicas e arquitetônicas, muitas vezes intransponíveis, que são enfrentadas diariamente como se fosse um problema individual daquele que está em condição de deficiência ou incapacidade transitória ou permanente. A compreensão de que essas restrições cerceiam direitos têm alimentado a luta empreendida por essa parcela da população pelo direito de ir e vir e fomentado discussões a respeito de como garantir a acessibilidade das PcD a todos os espaços e de que forma isso deve ser planejado no âmbito do poder público ou de instituições privadas.

Embora a acessibilidade não esteja arrolada entre os chamados direitos sociais assegurados no art. 6º da CF/88, é possível compreendê-la como um direito fundamental por estar relacionado a todos esses direitos básicos presentes na CF e por se tratar de um princípio cuja ausência fere a condição de titularidade da pessoa humana.

1.1.1- Conceitos e definições de acessibilidade e inclusão educacional

A acessibilidade para pessoas com deficiência é a condição que permite que essas pessoas possam utilizar, com segurança e autonomia, os espaços, serviços, equipamentos e tecnologias disponíveis na sociedade. Essa condição envolve a remoção de barreiras físicas, arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais que impedem ou dificultam o acesso e a participação plena e efetiva dessas pessoas na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas. A acessibilidade é um direito fundamental previsto em diversas legislações nacionais e internacionais, e é importante para promover a inclusão e a participação social das pessoas com deficiência.

O conceito de acessibilidade, dentro do contexto da Educação Inclusiva, é compreendido de diversas formas e com definições que foram construídas ao longo de anos de história.

Segundo Lima, a educação inclusiva é:

um campo que se encontra marcado por necessidades que devem ser examinadas sob diversas perspectivas, pois sua proposta inovadora implica um remanejamento e uma reestruturação radicais na dinâmica da escola. Devido a esta complexidade, a abordagem das questões educacionais, e da educação inclusiva, exige a contribuição de diferentes disciplinas, para que procedimentos de diferentes campos de saber possam ser utilizados no sentido de esclarecer e orientar educadores diante do imenso desafio de adotar uma prática pedagógica que privilegie a diversidade na escola. (Lima et al, 2019, p. 2)

De acordo com Manzini (2008), o termo acessibilidade começou a ser utilizado na legislação em 1998, inicialmente num Projeto de Lei 4767/98. Nesse projeto, a acessibilidade é definida como: "à possibilidade e condição de alcance, com segurança e autonomia, os espaços, móveis e urbanos, edificações, transportes e sistemas e meios de comunicação por pessoas com

deficiência ou mobilidade combinada." (Manzini, 2008, p.281).

A utilização dessa terminologia é vista novamente na Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (PPNIPPD) de 1999. Ao longo dos anos, houve uma extensão na definição de acessibilidade, com novos direitos sendo incluídos. Por exemplo, a segunda concepção incluiu o direito de utilização de instalações e espaços esportivos, enquanto a terceira concepção trouxe a acessibilidade total ou assistiva, permitindo a criação de espaços que podem exigir um mediador.

Atualmente, a legislação sobre acessibilidade mais recente encontra-se no Art. 8º do Decreto Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 e Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, ambas sobre Acessibilidade.

Assim, a lei garante que várias condições devem ser atendidas para permitir que as pessoas em situação de vigilância tenham segurança e autonomia, incluindo espaços, móveis e equipamentos urbanos, edificações, serviços de transporte, dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação.

A Norma Brasileira NBR-9050/2004 é uma norma técnica elaborada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que estabelece os critérios e requisitos técnicos de acessibilidade a serem observados nas fases de projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, móveis, espaços e equipamentos urbanos no Brasil. Essa norma visa garantir a utilização autônoma e segura do ambiente, edificações, móveis, equipamentos urbanos e elementos por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, independente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou recepção.

A NBR-9050/2004 foi associada ao Decreto Federal nº 5.296/2004, tornando-se uma obrigatoriedade de cumprimento. Seu objetivo é estabelecer parâmetros técnicos e critérios de

acessibilidade a serem seguidos durante as fases de projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, móveis, espaços e equipamentos urbanos. A norma busca permitir que o maior número possível de pessoas, independentemente da idade, altura ou limitação de mobilidade ou percepção, possa utilizar o ambiente, edificações, móveis, equipamento urbanos e elementos de forma segura e autônoma.

Em se tratando de acessibilidade educacional, esta refere-se ao conjunto de medidas e estratégias que garantem a igualdade de acesso e participação de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência, em todas as atividades educacionais, como aulas, palestras, exames, trabalhos, entre outros. Isso inclui a adaptação de recursos didáticos, a disponibilização de tecnologias assistivas, a garantia de espaços físicos acessíveis e a formação de professores e profissionais para lidar com a diversidade dos estudantes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/96, diz no Art. 58 o seguinte:

§1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. §2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular

E complementa no Art. 59 a seguinte descrição:

Art.59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) I. currículos, métodos, técnicas educativas e organização específica, para atender às suas necessidades; II. terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de

suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III. professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores de ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classe comuns; IV. educação especial para o trabalho, visando a sua integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora; V. acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

O objetivo da acessibilidade educacional é promover a inclusão de todos os alunos, permitindo que eles possam ter as mesmas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento, independentemente de suas limitações ou condições específicas.

A inclusão educacional é o processo que busca garantir que todos os alunos, independente de suas características pessoais, tenham acesso, permanência e participação efetiva no ambiente escolar, garantindo assim o seu direito à educação. O objetivo é promover uma educação de qualidade para todos, sem discriminação ou segregação, levando em consideração as diferenças individuais e culturais de cada aluno. Isso implica em garantir que todas as pessoas, independentemente de suas habilidades e limitações, possam participar do processo de ensino-aprendizagem em igualdade de condições, com o suporte de recursos e estratégias que assegurem o seu pleno desenvolvimento acadêmico, social e emocional.

Schirmer et al., (2007) ao citar Dischinger e Machado, diz:

Ao entrar na escola deve ser possível identificar o caminho a seguir de acordo com a

atividade desejada através da configuração espacial e/ou da informação adicional (por exemplo, utilizando a rampa para ir à biblioteca no segundo andar). Um aluno com deficiência visual deveria poder obter informação através de mapas táteis e em braille para encontrar sua rota com independência. Finalmente ao chegar na biblioteca deve ser possível a todos os alunos alcançar seus livros e poder ler e estudar em condições de conforto e segurança. Enfim, prover acessibilidade espacial é, sobretudo, oferecer alternativas de acesso e uso a todas as pessoas, garantindo seu direito de ir e vir, sua condição de cidadania. (Schirmer, 2007, p. 106)

Para promover a integração entre as diversas esferas e grupos da sociedade civil e comunidades organizadas, o Estado desempenha um papel mediador, envolvendo regiões, municípios, ONGs, fundações, empresas privadas, movimentos sindicais, organizações religiosas e Instituições de Ensino Superior, tentando diminuir o “leque da inclusão social” (Matiskei, 2004, p.187).

É fundamental que as políticas públicas em andamento sejam repensadas, considerando não apenas as determinações legais, mas também os princípios éticos que orientam a ação do Estado. Mesmo que as políticas públicas sejam formuladas com base no bem comum de todos os segmentos sociais, é preciso levar em conta a dinâmica conflitiva dos diferentes envolvidos e forças envolvidas na sociedade. O objetivo é assegurar os direitos de todos os cidadãos e combater os processos de exclusão social para não “engrossar as fileiras dos excluídos socialmente” (Matiskei, 2004, p. 187).

A acessibilidade e a inclusão educacional estão diretamente relacionadas, pois a acessibilidade é um pré-requisito para que a inclusão aconteça. A acessibilidade educacional se refere à eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais que podem

impedir ou dificultar a participação plena e efetiva de estudantes com deficiência em todas as atividades educacionais. Já a inclusão educacional é um processo que visa garantir o acesso, a permanência e o sucesso de todos os alunos na escola, independentemente de suas diferenças e limitações, e promover uma educação de qualidade para todos. Portanto, a acessibilidade é um meio para alcançar a inclusão educacional.

A educação inclusiva possui o intuito de que a escola se modernize e se adapte às particularidades do público que acolherá, além dos professores e dos funcionários que precisam aperfeiçoar seus conhecimentos. É um padrão que requer adaptações e inovações no cotidiano escolar. Existem barreiras a serem superadas por todos: profissionais da educação, comunidade, pais e alunos. Todos precisam adquirir maior instrução sobre a diversidade humana, para entender os modos diferenciados de cada ser humano ser, sentir, agir e pensar. (Rosa & Delou, 2010, p. 15)

1.1.2- Políticas públicas e legislação sobre acessibilidade e inclusão educacional

As políticas públicas e regulamentares sobre acessibilidade e inclusão educacional têm como objetivo garantir o acesso e a permanência de todos os estudantes na escola, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou sociais.

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) é considerada um marco na luta pelos direitos das pessoas com deficiência, pois representa um avanço significativo na forma como a deficiência é compreendida e tratada internacionalmente. A obediência foi ratificada por mais de 180 países, o que reflete um compromisso global em relação à promoção e proteção dos direitos das pessoas com deficiência.

O CDPD reconhece que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e as mesmas liberdades fundamentais que as demais pessoas, e que esses direitos devem ser

plenamente cumpridos e garantidos em todas as esferas da vida. Entre os temas abordados estão o direito à igualdade, o direito à vida e à segurança, o direito à educação, o direito à saúde, o direito ao trabalho, o direito à acessibilidade, entre outros.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 estabelecem que a educação é um direito de todos e deve ser inclusiva, ou seja, as escolas devem estar preparadas para receber alunos com necessidades educacionais especiais e garantir a adaptação do ensino às suas necessidades.

Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), de 2015, estabelece diretrizes para a promoção da acessibilidade, inclusão e igualdade de oportunidades no âmbito educacional.

Segundo Mazzotta (2005, p. 15):

A defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas com deficiência é atitude muito recente em nossa sociedade. Manifestando-se através de medidas isoladas, de indivíduos ou grupos, a conquista e o reconhecimento de alguns direitos dos portadores de deficiência podem ser identificados como elementos integrantes de políticas sociais, a partir de meados deste século.

No que se refere às políticas públicas, o Ministério da Educação (MEC) tem investido em programas e ações para a promoção da acessibilidade e inclusão educacional, como a implantação de salas de recursos multifuncionais, a formação de professores para atendimento educacional especializado, a adaptação de materiais didáticos e realizações de estimativas específicas para alunos com necessidades educacionais especiais.

Em 2001, foram criadas pelo MEC/SEESP, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (DNEEEB), com o objetivo de orientar a implantação de políticas

públicas para a educação inclusiva no Brasil. Essas normas estabelecem como bases para o atendimento educacional aos alunos com necessidades, garantindo o acesso, a participação especial e a aprendizagem desses alunos no ambiente escolar.

As diretrizes preveem que a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, em classes comuns do ensino regular, com apoio pedagógico especializado, recursos de acessibilidade e aprendizagem curriculares e metodológicas que atendam às necessidades específicas dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

As diretrizes também destacam a importância da formação continuada de professores e demais profissionais da educação para a inclusão escolar, bem como a necessidade de aperfeiçoamento da infraestrutura das escolas para garantir a acessibilidade física e comunicacional.

Conhecendo o aluno com deficiência, o professor poderá adequar a metodologia a ser adotada, levando em consideração em que grupo de educandos haverá maior facilidade para a aprendizagem e o desenvolvimento de todos, por quanto tempo o aluno pode permanecer atento às tarefas solicitadas, para que possa adequar às atividades às possibilidades do mesmo; os interesses e necessidades do aluno em relação às atividades propostas; a avaliação constante do programa de atividades, permitindo, assim, efetuar as adequações necessárias. (Almeida, 2013, p. 103)

Além disso, as diretrizes afirmam que o atendimento educacional especializado deve ser oferecido complementarmente à educação regular, por meio do AEE (atendimento educacional especializado), que deve ser organizado em salas de recursos multifuncionais, com equipamentos e materiais pedagógicos adequados às diferentes necessidades dos alunos.

Em resumo, as DNEEEB estabelecem um conjunto de orientações e ações para a construção de uma escola inclusiva e acessível, que valoriza a diversidade e promove a igualdade de oportunidades educacionais para todos os alunos, independentemente de suas condições e necessidades específicas.

Outro ponto importante para somar o que já era previsto pelas DNEEEB ocorreu em 2008, quando o MEC instituiu Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPI) com o objetivo de promover a inclusão escolar de alunos com deficiência, TGD (transtornos globais do desenvolvimento) e altas habilidades ou superdotação.

A política visa garantir o acesso à educação de qualidade a todas as pessoas, independentemente de suas diferenças, e reconhece que a diversidade é uma riqueza para a sociedade. Para isso, a política propõe ações que promovem a acessibilidade arquitetônica, pedagógica, comunicacional e atitudinal nas escolas, além de uma formação continuada para os profissionais da educação em relação à inclusão.

Entre as principais medidas preventivas na PNEEPI estão: o AEE (atendimento educacional especializado), que deve complementar e complementar a formação dos alunos com deficiência; a oferta de RA (recursos de acessibilidade); a flexibilização curricular para atender às necessidades específicas dos alunos; e a formação continuada para os profissionais da educação.

A PNEEPI tem como objetivo transformar a escola em um espaço inclusivo e acolhedor, que valorize a diferença e promova a igualdade de oportunidades. Dessa forma, a política contribui para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva para todos.

É importante destacarmos aqui também o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver Sem Limite (PNPD), lançado em 2011 pelo Governo Federal Brasileiro,

com o objetivo de promover a inclusão social e a garantia dos direitos das pessoas com deficiência em todas as áreas da vida.

O PNPd foi criado para implementar políticas públicas efetivas para as pessoas com deficiência, visando garantir o seu acesso à educação, à saúde, ao trabalho, à acessibilidade, à cultura, ao lazer e ao esporte. O plano se baseia em três eixos estratégicos: a promoção dos direitos das pessoas com deficiência, a promoção da acessibilidade e a ampliação do acesso aos serviços de educação, saúde, trabalho, inclusão social e acessibilidade.

O plano prevê uma série de medidas concretas, como a construção de escolas acessíveis, a oferta de recursos de acessibilidade e tecnologia assistiva, a formação de professores para a educação inclusiva, a ampliação do atendimento de saúde especializada, a promoção da acessibilidade nos transportes públicos, uma oferta de incentivos para a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, a criação de centros de referência em acessibilidade, entre outras.

O PNPd é uma importante iniciativa do Governo Federal para promover a inclusão e a cidadania das pessoas com deficiência, garantindo-lhes o pleno exercício de seus direitos. O plano representa um avanço na luta pelos direitos das pessoas com deficiência no Brasil e é uma referência para outras políticas públicas de inclusão em todo o mundo.

Apesar de todos esses avanços no quesito legislativo, ainda existem muitos desafios a serem enfrentados para a efetivação do previsto nessas leis. Há exemplo desses desafios temos a falta de acessibilidade em muitas escolas, a formação superior específicas de professores para atender a diversidade de alunos, a falta de recursos financeiros para a implementação de políticas inclusivas e persistência de preconceitos e estereótipos em relação às pessoas com deficiência. Portanto, é fundamental que o Estado e a sociedade se empenhem na promoção da

inclusão e acessibilidade educacional, visando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

1.1.3- Estratégias e práticas pedagógicas para inclusão de pessoas com deficiência

Abramovay (2013) destaca a importância de práticas pedagógicas inclusivas que valorizam as diferenças dos estudantes. Para a autora, é fundamental que as escolas tenham ambientes acolhedores e que os professores sejam capazes de reconhecer a diferença individual dos alunos e adaptar suas práticas pedagógicas para atender às necessidades de cada um: "Não se trata de nivelar por baixo, mas sim de garantir que todos possam aprender. Isso significa levar em conta as diferenças individuais dos alunos e adaptar o ensino às suas necessidades" (Abramovay, 2013, p. 53).

Macedo (2012), por sua vez, destaca a importância da tecnologia como uma ferramenta para a inclusão e acessibilidade escolar. Para ele, é possível utilizar recursos tecnológicos para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência, proporcionando uma educação mais inclusiva: "As tecnologias assistivas permitem que os alunos com deficiência tenham acesso aos próprios conteúdos e informações que os demais alunos, o que os torna mais independentes e autônomos em seu processo de aprendizagem" (Macedo, 2012, p. 66).

A inclusão de pessoas com deficiência na educação regular é uma prática que envolve diversas estratégias e práticas pedagógicas, buscando atender às necessidades individuais de cada aluno.

Duek e Naujorks (2006, p. 38) salienta que:

Cabe ao professor propiciar condições de ensino adequadas para um número expressivo de alunos, sensivelmente diferentes uns dos outros, o que permitirá constituir não só numa troca de conhecimentos, mas também uma troca de idéias, de valores e de

princípios de vida.

Uma das estratégias mais importantes é a adaptação do currículo, que deve ser pensada de forma flexível e inclusiva, de modo a permitir a participação plena de todos os estudantes, independentemente de suas habilidades e limitações. Isso pode incluir a utilização de diferentes recursos didáticos, como materiais adaptados, tecnologia assistiva e recursos audiovisuais. A prática pedagógica do professor é de suma importância nesse processo de ensino aprendizagem na criação de uma educação inclusiva.

Educação Inclusiva significa pensar uma escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem (Blanco, 2003, p. 16).

Outra prática pedagógica relevante é o trabalho em equipe, envolvendo professores, especialistas em educação especial, familiares e profissionais da saúde. Essa colaboração é fundamental para o planejamento e implementação de estratégias de inclusão, bem como para a identificação de possíveis barreiras e desafios enfrentados por alunos com deficiência.

Além disso, é importante garantir um ambiente escolar acolhedor e inclusivo, que respeite a diversidade e promova o respeito mútuo entre os alunos. Isso pode incluir a realização de atividades que envolvem a participação de todos, a criação de espaços acessíveis e adaptados, e a promoção de uma cultura de respeito e valorização das diferenças, diferente daquilo que acontecia antigamente, quando pessoas com deficiências eram deixadas a sorte da sociedade como afirma Cunha (2015):

Quando as pessoas com deficiência eram excluídas da sociedade sob a alegação de que eram incapazes ou incapacitadas, e por isso eram postas à margem do convívio social,

inclusive da acessibilidade à escola. Esse processo passa por mudanças atitudinais e, principalmente, pela existência de leis que assegurem direitos às pessoas com deficiência. (pp. 70-71)

Por fim, a formação continuada dos profissionais envolvidos na educação inclusiva é fundamental para a implementação efetiva de estratégias pedagógicas inclusivas. Isso inclui capacitação em tecnologias assistivas, adaptação de materiais didáticos, planejamento curricular e outras habilidades essenciais para a inclusão de alunos com deficiência na educação regular.

1.2 - Pessoas com deficiência

Pessoas com deficiência são aquelas que possuem alguma limitação física, sensorial ou mental que pode afetar suas atividades e/ou participação na sociedade. Essas limitações podem ser de natureza permanente ou temporária e variam de acordo com cada indivíduo. É importante ressaltar que as deficiências não impedem que as pessoas possam exercer seus direitos e ter uma vida plena e participativa na sociedade. Por isso, é fundamental que haja políticas públicas e práticas inclusivas que garantam o acesso e a participação dessas pessoas em todas as esferas da vida, incluindo a educação, o trabalho, o lazer e a cultura. Além disso, é preciso que a sociedade como um todo se sensibilize e se engaje na luta pelos direitos das pessoas com deficiência, promovendo a inclusão e a acessibilidade em todos os ambientes e situações (Lei nº 13.146/2015).

A visão social sobre pessoas com deficiência tem se transformado ao longo dos anos, com um movimento crescente em direção à inclusão e valorização da diversidade. Antes, as pessoas com deficiência eram frequentemente marginalizadas e excluídas da sociedade, tratadas como incapazes e dependentes. Hoje em dia, há um esforço para quebrar estereótipos e preconceitos, e garantir a inclusão dessas pessoas em todos os aspectos da vida em sociedade,

incluindo o acesso a educação, emprego, lazer e cultura. Essa nova visão reconhece a importância de acompanhar as diferenças individuais, e promover a igualdade de oportunidades para todos, independente de sua condição física ou mental.

1.2.1 -Tipos de deficiência e suas características

Existem diferentes tipos de deficiência que podem afetar as pessoas de diversas maneiras. As deficiências podem ser classificadas em quatro categorias principais: físicas, visuais, auditivas e intelectuais.

- As deficiências físicas limitam o envolvimento motoras, como paralisia cerebral, amputação de membros ou lesões medulares. Essas deficiências afetam a mobilidade, coordenação e força muscular das pessoas.

- As deficiências visuais envolvem problemas de visão, como a cegueira total ou parcial e a baixa visão. Essas deficiências podem ser causadas por diferentes fatores, incluindo lesões oculares, doenças ou condições genéticas.

- As deficiências auditivas envolvem problemas de audição, como a surdez total ou parcial. Essas deficiências podem ser causadas por fatores como lesões no ouvido interno, doenças ou exposição prolongada a ruídos altos.

- As deficiências intelectuais envolvem dificuldades cognitivas e de aprendizado, que podem afetar a capacidade de pensamento, compreensão e comunicação das pessoas. Essas deficiências podem ser causadas por fatores como lesões respiratórias, doenças ou condições genéticas.

É importante lembrar que cada pessoa com deficiência é única e pode ter suas próprias necessidades e desafios específicos. Por isso, é importante que as políticas públicas e as práticas inclusivas levem em consideração a diversidade das deficiências e das pessoas que possuem.

De acordo com a Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Imunidade (CID), há diferentes tipos de deficiência. Segundo Luckesi (2008, p. 129), "a deficiência é compreendida como a perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica". Já a Organização Mundial de Saúde (OMS) define a deficiência como "um termo genérico que abrange deficiências, limitações de atividade e restrições de participação" (OMS, 2001, p. 15).

Segundo Amaral (2010, p. 22), "a deficiência visual refere-se a uma limitação ou perda total da visão ou da capacidade de enxergar". Já a deficiência auditiva pode ser definida como "a perda total ou parcial da audição ou da capacidade de ouvir" (Manton, 2003, p. 24). A deficiência física, por sua vez, abrange "as especificações que satisfizeram o desempenho das funções motoras ou de locomoção, tais como paraplegia, tetraplegia, amputação de membros, entre outras" (Amaral, 2010, p. 22). Por fim, a deficiência intelectual é caracterizada por "dificuldades na aprendizagem, comunicação, autodeterminação e habilidades sociais" (Manton, 2003, p. 24).

É importante ressaltar que essas categorias não são excludentes, e muitas pessoas apresentam mais de um tipo de deficiência. Além disso, a limitação e a preservação resultaram das deficiências alteradas de acordo com as condições sociais e da dieta em que a pessoa está inserida.

1.3 - Processos de aprendizagem e desenvolvimento de pessoas com deficiência

Os processos de aprendizagem e desenvolvimento de pessoas com deficiência são complexos e abordagens diferenciadas. Segundo Pletsch e Pletsch (2014), o processo de aprendizagem é dinâmico e as pessoas com deficiência têm sua forma própria de aprender. Eles afirmam que: "Os sujeitos com deficiência possuem sua forma própria de aprender, desenvolver

e adquirir saberes, pois as suas resistências e experiências são únicas e distintas, bem como as suas singularidades” (p. 50).

Para atender a essa diversidade, é necessário utilizar diferentes estratégias e metodologias de ensino. Segundo Rodrigues e Lourenço (2018), é importante que as atividades sejam adaptadas às necessidades dos alunos com deficiência:

A proposta de atividades diferenciadas é essencial para que haja progressos na aprendizagem, pois cada pessoa com deficiência tem características próprias, que precisam ser respeitadas e contempladas, tendo em vista que cada uma apresenta limitação e potencialidades diferenciadas (Rodrigues & Lourenço, 2018, pág. 99).

Além disso, a aprendizagem e o desenvolvimento de pessoas com deficiência também estão relacionados à sua participação social e à sua inclusão na sociedade. Segundo Sasaki (2010), a participação ativa na sociedade é fundamental para o desenvolvimento das habilidades e competências dos indivíduos com deficiência: “A participação plena e efetiva na sociedade é a condição necessária para o desenvolvimento de todas as habilidades e competências que compõem o perfil do indivíduo com deficiência” (Sasaki, 2010, p. 105).

Dessa forma, é importante que a inclusão de pessoas com deficiência seja valorizada e promovida em todos os âmbitos da sociedade, incluindo a educação.

1.4- Desafios e barreiras enfrentados na educação

A educação inclusiva ainda enfrenta muitos desafios e barreiras para a efetiva inclusão de pessoas com deficiência. Segundo Mazzotta (2011):

A falta de acessibilidade, seja arquitetônica, pedagógica, atitudinal ou tecnológica, ainda se configura como uma das principais barreiras que impedem o acesso e permanência das pessoas com deficiência na escola regular. (Mazzotta, 2011, p. 61)

Outra barreira importante é a falta de formação adequada dos professores para lidar com a diversidade dos alunos em sala de aula. Segundo Carvalho e Bueno (2019, p. 231), "a falta de capacitação adequada dos professores para trabalhar com a diversidade pode levar à perpetuação de preconceitos e à segregação, em vez de inclusão".

Além disso, a falta de materiais e recursos didáticos adequados para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência também pode dificultar o processo de aprendizagem. Como afirma Antunes (2015, p. 43) "a ausência de acompanhamento dos recursos educacionais pode impedir a compreensão e o desenvolvimento dos alunos com deficiência", levando à desmotivação e desinteresse pelos estudos.

Por fim, a falta de conscientização e sensibilização por parte da sociedade em geral também pode ser uma barreira para a inclusão de pessoas com deficiência na educação.

2 . Metodologia Da Investigação

2.1- Caracterização da escola e do contexto socioeconômico

A Escola Estadual Dr. Raul Venturelli está localizada na cidade de Capão Bonito, interior do estado de São Paulo. A instituição atende a alunos do ensino médio, com uma proposta pedagógica baseada na formação integral dos alunos, buscando desenvolver competências e habilidades para a vida.

Capão Bonito é um município com aproximadamente 47 mil habitantes e possui uma economia baseada em atividades agropecuárias, com destaque para a produção de frutas, como a banana e a laranja. Apesar da economia local ser predominantemente voltada para a agricultura, a cidade apresenta uma diversidade de setores, como o comércio e serviços, sendo a principal referência de serviços médicos e hospitalares para a região.

No que se refere ao contexto socioeconômico, a cidade de Capão Bonito enfrenta desafios comuns a muitas outras regiões do país, como a desigualdade social e a falta de oportunidades para uma parcela da população mais vulnerável. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Capão Bonito é considerado médio, com um índice de 0,705.

A escola EE Dr. Raul Venturelli tem um importante papel na comunidade local, oferecendo educação de qualidade e formando cidadãos conscientes do seu papel na sociedade. Com uma equipe de professores engajados e comprometidos com a educação, a escola busca oferecer um ambiente acolhedor e inclusivo para todos os alunos, independente de suas condições sociais e de possíveis restrições ou deficiência.

2.2 Objetivos geral e específicos

2.2.1 Objetivo geral

- ✓ Descrever os procedimentos de implantação e adequação do processo de acessibilidade em nível arquitetônico de espaços inclusivos para pessoas com deficiência em uma escola estadual de ensino médio no município de Capão Bonito – SP.

2.2.2 Objetivos específicos

- ✓ Identificar as barreiras existentes que dificultam a acessibilidade e espaços de inclusão educacional de pessoas com deficiência;
- ✓ Registrar dados da escola estadual referenciada neste estudo a sua história, fundação e adequações de acessibilidade arquitetônica e a oferta de espaços inclusivos, conforme preconiza a Legislação Educacional - LDB - 9.394/96;
- ✓ Verificar aspectos positivos e negativos nas ações inclusivas, no que diz respeito ao atendimento e garantia de seus direitos de alunos e ex-alunos como Pessoas com Deficiência.

2.3- Identificação dos recursos e práticas de acessibilidade e inclusão educacional adotadas pela escola

A escola Escola Estadual Dr. Raul Venturelli é listada como participante do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC), o que pode indicar um compromisso com a inclusão e acessibilidade.

A identificação dos recursos e práticas de acessibilidade e inclusão educacional aceitos

pela escola Dr. Raul Venturelli, para a pesquisa, foi obtida através de pesquisa observacional e conversas com os profissionais da escola, funcionários e alunos.

2.4 - População participante

Para almejar o objetivo da pesquisa, se faz necessário uma pesquisa in lócus. Neste estudo de caso, serviram como população participante: os alunos do Ensino Médio (1º a 3ºanos) e funcionários da instituição.

2.4.1-Alunos do Ensino Médio

A escola Dr. Raul Venturelli no atual momento está com 945 alunos matriculados no Ensino Médio, a maioria entre 15 e 19 anos, a escola busca promover um ensino de qualidade para todos eles, independentemente de suas condições socioeconômicas ou necessidades educacionais especiais.

Trinta (30) alunos se propuseram a participar da pesquisa .Os alunos do Ensino Médio da escola são incentivados a participar de atividades extracurriculares, como projetos de pesquisa e extensão, feiras de ciências e esportes. Além disso, a escola busca oferecer aulas que atendam aos interesses dos alunos, promovendo uma educação mais engajada e significativa.

A escola também busca preparar seus alunos para o ingresso na universidade ou no mercado de trabalho, oferecendo orientação profissional e apoio na elaboração de projetos de pesquisa e trabalho de conclusão de curso.

2.4.2- Funcionários da Instituição

A Escola Estadual Dr. Raul Venturelli possui uma equipe de profissionais formados e comprometidos com a educação. São funcionários que exercem diversas funções, tais como direção, coordenação pedagógica, secretaria escolar, professores, agentes de organização escolar, merendeiras, entre outros. Cada um desses profissionais desempenha um papel

fundamental no processo de ensino-aprendizagem e no funcionamento geral da escola, o total de colaboradores da escola Dr. Raul Venturelli, consta no quadro de colaboradores 95 profissionais.

Os professores da escola são capacitados e dedicados, buscando sempre atualização e aprimoramento para oferecer o melhor ensino aos alunos. Além disso, a escola conta com uma equipe de coordenação pedagógica que auxilia os professores no planejamento das aulas e na realização de atividades que visam o desenvolvimento dos alunos.

Os agentes de organização escolar são responsáveis pela manutenção e organização do espaço físico da escola, garantindo que tudo esteja em ordem para que as atividades escolares sejam realizadas da melhor maneira possível. As merendeiras, por sua vez, são responsáveis pela preparação e distribuição das refeições escolares, entusiasmadas para a saúde e bem-estar dos alunos.

No geral, a equipe da Escola Estadual Dr. Raul Venturelli trabalha em conjunto para garantir um ambiente acolhedor, educacional e de qualidade, buscando sempre a inclusão e a valorização da diversidade. Do quadro geral de funcionários, vinte (20) foram selecionados para pesquisa.

O total de participantes é demonstrado na tabela a seguir:

TABELA N ° 1 - População Participante da Pesquisa

População participante	Quantidade
Alunos do Ensino Médio	30
Funcionários da Instituição	20
Total	50

Nota: Fonte: autor Cláudio Roberto Azevedo, 2022

A coleta das informações com a população participante ocorreu entre os meses de maio e junho de 2022, os dados coletados nessa pesquisa foram utilizados apenas para este trabalho científico.

2.5- Técnicas e instrumentos para coleta dos dados

Instrumentos de pesquisa são os meios através dos quais se aplicam as técnicas selecionadas. Se uma pesquisa vai fundamentar a coleta de dados nas entrevistas, torna-se necessário pesquisar o assunto, para depois elaborar o roteiro ou formulário. Evidentemente, os instrumentos de uma pesquisa são exclusivos dela, pois atendem às necessidades daquele caso particular. A cada pesquisa que se pretende realizar procede-se à construção dos instrumentos adequados. (Andrade, 2009, pp. 132/133)

Para coletar os dados nesta tese, foram utilizadas diferentes técnicas e instrumentos, como observação participante, entrevistas individuais e em grupo e análise de documentos. A observação participante foi realizada durante as visitas à escola, onde o pesquisador acompanhou o cotidiano escolar e registrou em diário de campo as percepções, impressões e reflexões sobre o que foi observado.

Segundo Lakatos (2010, p. 190):

A observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que desejam estudar.

As entrevistas foram realizadas com diferentes atores da comunidade escolar, como professores, alunos, colaboradores, coordenador pedagógico e direção, as entrevistas individuais ocorreram em sala reservada e foram gravadas em áudio, com a autorização dos entrevistados. Já as entrevistas em grupo foram realizadas com alunos do ensino médio em sala de aula, com o

objetivo de ouvir as percepções coletivas sobre a inclusão na escola.

Todas essas técnicas e instrumentos foram importantes para coletar dados que permitiram compreender como a escola Dr. Raul Venturelli trabalha com a inclusão e a acessibilidade educacional, as práticas adotadas e os desafios enfrentados.

2.5.1- Guia de entrevista

Um guia de entrevista é um roteiro de perguntas e tópicos a serem abordados durante uma entrevista, é desenvolvido com base nos objetivos da pesquisa e nas informações que se deseja coletar. O guia é uma ferramenta importante para garantir que as entrevistas sejam estruturadas e que os dados coletados sejam relevantes para a pesquisa. Além disso, ele também ajuda o entrevistador a manter o foco e a organização durante a entrevista.

Para Lakatos & Marconi (2003, p. 195):

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

Para a coleta de dados também foi utilizado os guias de entrevistas como instrumento a serem respondidos pelos alunos e funcionários escolares. Foram elaboradas perguntas abertas a serem aplicadas a cinquenta (50) pessoas da população participante com o intuito de colher respostas sobre os recursos e práticas de acessibilidade e inclusão educacional adotados pela escola Dr. Raul Venturelli e sobre a opinião dos funcionários e alunos a respeito da efetividade dessas práticas na promoção da inclusão escolar. Esse instrumento de coleta de dados exige precisão e clareza na sua construção justamente, para que dessa maneira, a população da escola Dr. Raul Venturelli não encontrem dificuldade em respondê-lo, o que facilitou na hora do

pesquisador analisar as respostas e identificar os recursos e práticas de acessibilidade e inclusão educacional adotadas pela escola.

Tipicamente, o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias. (Gil, 2010, p. 53)

Com o objetivo de proporcionar uma compreensão mais clara sobre a elaboração do guia de entrevista utilizado nesta pesquisa, foi confeccionada a tabela a seguir:

TABELA N° 2:

Objetivos específicos do guia de entrevista para alunos e funcionários na pesquisa sobre acessibilidade e inclusão educacional na escola Dr. Raul Venturelli.

Objetivos Específicos do Guia de Entrevista	Alunos	Funcionários
Identificar a percepção dos participantes sobre a inclusão escolar de alunos com deficiência	X	X
Identificar a existência de recursos e práticas de acessibilidade e inclusão na	X	X

escola		
Identificar as dificuldades enfrentadas pelos alunos com deficiência na escola	X	
Identificar a opinião dos participantes sobre a efetividade das práticas inclusivas na escola	X	X
Identificar possíveis sugestões de melhorias para a inclusão escolar de alunos com deficiência	X	X

Nota. Fonte: autor Cláudio Roberto Azevedo, 2022

A seguir, apresentamos algumas perguntas utilizadas na entrevista com funcionários e alunos da escola Dr. Raul Venturelli. As questões foram elaboradas com o objetivo de obter informações sobre práticas inclusivas e acessibilidade adotadas pela escola e seus desafios na inclusão de alunos com deficiência, conforme abaixo:

1. Qual é o seu nome e cargo na escola?
2. Há quanto tempo você trabalha na escola Dr. Raul Venturelli?
3. Você pode descrever quais práticas inclusivas são adotadas na escola? Como a escola promove a inclusão de alunos com deficiência?
4. Quais recursos de acessibilidade são utilizados na escola para atender às

necessidades dos alunos com deficiência?

5. Como a escola lida com a diversidade cultural e social dos alunos?
6. Quais são os principais desafios que a escola enfrenta em relação à inclusão de alunos com deficiência? E como a escola tem lidado com esses desafios?
7. Como a escola tem se preparado para atender às demandas educacionais dos alunos com deficiência no contexto atual de ensino remoto?
8. Existe algum tipo de formação ou capacitação oferecida aos professores da escola sobre inclusão e acessibilidade? Quais são os principais temas abordados nesses cursos?
9. Qual é a sua opinião sobre a importância da inclusão e acessibilidade na educação?
10. Você tem alguma sugestão para melhorar as práticas inclusivas e de acessibilidade na escola?

As questões foram elaboradas de acordo com os objetivos específicos definidos para cada tópico na tabela. O objetivo do tópico 1 era obter informações pessoais dos entrevistados, como nome e cargo na escola, além de tempo de trabalho na instituição. O tópico 2 tinha como objetivo investigar as práticas inclusivas adotadas na escola, as estratégias utilizadas para promover a inclusão de alunos com deficiência e os recursos de acessibilidade disponíveis. O tópico 3 tinha como foco a diversidade cultural e social dos alunos e como a escola lidava com essa questão. Já o tópico 4 tinha como objetivo identificar os principais desafios enfrentados pela escola em relação à inclusão de alunos com deficiência e como a escola estava lidando com eles. Finalmente, o objetivo do tópico 5 era avaliar a formação e capacitação oferecidas aos professores da escola sobre inclusão e acessibilidade, bem como a opinião dos entrevistados sobre a importância dessas questões na educação e quais sugestões eles tinham para melhorar as

práticas inclusivas e de acessibilidade na escola. Assim, as questões foram elaboradas para obter informações específicas que contribuíssem para a compreensão e análise dos temas abordados na pesquisa.

2.6 Fotos da Infraestrutura Escolar na EE Dr. Raul Venturelli

A utilização de registros fotográficos da infraestrutura da escola pode ser considerada uma técnica complementar à realização de entrevistas para a pesquisa. Isso porque as fotos forneceram informações visuais que complementam as informações verbais ocorridas por meio das entrevistas.

Nesse sentido, é importante destacar que o registro fotográfico foi planejado com antecedência afim de se ter objetivos claros, de forma a capturar imagens relevantes para o estudo. Além disso, as fotos foram tratadas como dados a serem analisadas e interpretadas, assim como as informações transmitidas nas entrevistas.

Conforme Gil (2010, p. 167), "a análise de fotografias é uma técnica de interpretação de dados, podendo contribuir significativamente para o estudo de fenômenos sociais, desde que utilizada de forma rigorosa e sistemática".

Dessa forma, foi possível utilizar as fotos da infraestrutura da escola como um recurso para a compreensão do contexto em que as entrevistas foram realizadas e para a validação das informações recebidas pelos voluntários. As fotos também foram utilizadas para ilustrar a pesquisa.

Assim, a metodologia utilizada na pesquisa com registro fotográfico da infraestrutura da escola pode ser vista como uma forma de enriquecer a análise dos dados obtidos por meio das entrevistas, fornecendo informações visuais que complementam as informações verbais.

2.7 Validação dos Instrumentos

A validação de documentos foi um processo importante que garantiu a qualidade dos dados coletados na pesquisa da tese. Um dos métodos usados para validar o guia de entrevista usado na coleta de dados foi a validação pré-teste, que consistiu em testar o instrumento em uma pequena amostra da população alvo antes da aplicação em larga escala.

Para validar o guia de entrevista, uma pequena amostra da população alvo (funcionários e alunos da escola) foi selecionada para participar do pré-teste. Durante o pré-teste, o guia de entrevista foi aplicado aos participantes e suas respostas foram avaliações quanto à clareza das questões.

A análise das respostas no pré-teste permitiu identificar possíveis problemas ou dificuldades na compreensão do guia de entrevista pelos participantes. Com base nessa avaliação, o guia de entrevista foi aprimorado para garantir a clareza e o contraste das questões para o público-alvo.

O pré-teste também foi utilizado para verificar a confiabilidade do guia de entrevista, avaliando se diferentes entrevistados obtiveram respostas semelhantes para as mesmas perguntas. Caso houvesse diferenças nas respostas, o guia de entrevista seria examinado e os entrevistados receberiam treinamento adicional antes da aplicação em larga escala.

Em resumo, a validação pré-teste foi um método útil para garantir a qualidade do guia de entrevista utilizado na coleta de dados da tese. Através dessa validação, foi possível aprimorar o guia de entrevista e garantir a confiabilidade e validade dos dados coletados. O teste piloto com três indivíduos representantes do grupo populacional foi realizado antes da aplicação do guia aos participantes da pesquisa, identificando possíveis problemas na formulação das perguntas. Com base no feedback dos participantes do teste piloto, o guia foi ajustado e refinado para garantir sua agilidade e eficácia na coleta de dados.

2.8 Procedimentos para coleta dos dados

No mês de maio de 2022, foi iniciado o contato com a gestão escolar da EE Dr. Raul Venturelli com o objetivo de apresentar os objetivos da pesquisa e o método escolhido para realizá-la. Durante a reunião, foram explicados os detalhes da investigação in loco, incluindo a aplicação de um guia de entrevista com perguntas específicas para o público-alvo. Participaram dessas entrevistas um total de 50 pessoas entre alunos e funcionários da escola observados. As perguntas foram abertas, o que dava oportunidade para um público participante discorrer mais em suas respostas. Essa pesquisa foi programada para ocorrer nos meses de maio e junho de 2022, com o intuito de coletar dados que seriam analisados posteriormente nos meses de julho e agosto de 2022.

Antes da coleta de dados, foi realizado um estudo bibliográfico sobre o tema escolhido nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, visando embasar a referência da pesquisa.

Posteriormente, nos meses de março e abril, foram realizadas as leituras para a construção do marco metodológico da investigação. De acordo com Sampieri (2006, p. 126), “a coleta de dados no enfoque qualitativo ocorre em duas etapas: durante uma experiência inicial no campo ou contexto de estudo e na coleta definitiva dos dados”. A coleta de dados envolve três atividades interligadas: a seleção de um instrumento ou de coleta de dados, a aplicação desse instrumento ou para obter observações, registros ou controles de variáveis, acontecimentos, contextos, categorias ou objeto de interesse para a pesquisa, e preparação dessas informações para a análise adequada. visando embasar a referência da pesquisa. Posteriormente, nos meses de março e abril, foram realizadas as leituras para a construção do marco metodológico da investigação.

2.9 Técnicas de análise e interpretação dos dados

As técnicas de análise e interpretação de dados podem variar de acordo com o tipo de pesquisa e o método utilizado na coleta de dados. No entanto, é importante que essas técnicas sejam escolhidas de maneira adequada para garantir uma análise precisa e confiável dos dados.

Segundo Creswell (2014, p. 342), “a análise de dados em uma pesquisa qualitativa envolve a organização, redução e interpretação dos dados coletados”. Uma das técnicas comuns de análise de dados qualitativos é a análise de conteúdo, que envolve a identificação e coleta de temas e padrões nos dados coletados. Essa técnica é amplamente utilizada em pesquisas nas áreas de psicologia, sociologia e educação.

Já em pesquisas quantitativas, as técnicas de análise de dados são mais focadas em estatísticas e cálculos matemáticos. Conforme mencionado por Hair et al. (2009, p. 25), “é somente por meio de técnicas multivariadas que essas múltiplas relações podem ser adequadamente examinadas” e as técnicas de análise de dados quantitativos incluem estatística descritiva, análise de dinâmica, regressão, análise de variância e análise fatorial, entre outras. No entanto, é importante lembrar que a interpretação dos dados não se limita apenas à análise estatística ou de conteúdo. A interpretação de dados envolve uma compreensão profunda e reflexiva dos dados coletados, levando em consideração o contexto e as experiências dos participantes da pesquisa. Em suma, a escolha das técnicas de análise e interpretação de dados deve ser guiada pela natureza da pesquisa e dos dados coletados, levando em consideração tanto as abordagens quantitativas quanto as qualitativas. É importante também realizar uma interpretação cuidadosa e reflexiva dos dados, a fim de extrair precisas e relevantes para a pesquisa.

2.9.1- Interpretar os dados

A interpretação dos dados em uma tese é uma etapa crucial para a produção de

conhecimento significativo. Conforme ressalta Gil (2010, p. 178), a interpretação dos dados "é o momento em que o pesquisador transforma as informações transmitidas em inteligibilidade e controladas".

Uma das formas de interpretar os dados é através da análise de categorias, que consiste em agrupar dados com base em semelhanças ou diferenças em torno de um tema específico. Segundo Minayo (2010, p. 273), a análise de categorias é um processo que envolve a "desconstrução das informações em partes e a classificação dessas partes segundo os seus conteúdos semelhantes".

Outra técnica de interpretação dos dados é a análise de conteúdo, que segundo Bardin (2016, p. 42), é um conjunto de "técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens". Essa técnica permite identificar temas, palavras-chave e significados presentes nos dados coletados.

Além disso, é importante que a interpretação dos dados seja feita em relação à teoria ou referencial teórico utilizado na pesquisa. Segundo Gil (2010, p. 178), a interpretação dos dados deve ser realizada "com base no quadro teórico utilizado na pesquisa, o que envolve a seleção e organização dos dados de acordo com as categorias conceituais que foram estabelecidas previamente".

Portanto, a interpretação dos dados em uma tese é um processo complexo que envolve diversas técnicas e a relação com o referencial teórico da pesquisa. É necessário que o pesquisador esteja atento e crítico em relação aos dados coletados, buscando sempre produzir conhecimento significativo e relevante.

3. ANÁLISES DOS DADOS

Neste capítulo, será apresentada a análise dos dados obtidos na pesquisa por meio dos instrumentos aplicados aos entrevistados da EE Dr. Raul Venturelli, bem como as questões que envolvem sobre a infraestrutura da instituição educadora. Os resultados da investigação permitiram a realização de análises necessárias para reflexões e elaboraram sobre o tema da pesquisa: *"Acessibilidade e Inclusão Educacional de Pessoas com Deficiência: Um Estudo de Caso em uma Escola Pública Estadual de Capão Bonito/SP"*.

A metodologia utilizada, apresentada no capítulo anterior, foi fundamental para caracterizar e detalhar o objeto de estudo da pesquisa, sendo coerente com cada objetivo, estabelecer e permitir a realização de compreensão e reflexões sobre o tema exato.

No processo da análise, o procedimento seguiu os seguintes passos:

- a) A discussão entre teóricos apresentada por autores que tratam do tema: *Acessibilidade e Inclusão Educacional de Pessoas com Deficiência*, bem como o confronto entre as leis que regem a educação inclusiva brasileira.
- b) Os dados contidos nas entrevistas e guia de entrevista realizadas com os alunos e funcionários da escola observada.
- c) Discutir a acessibilidade do ambiente estudado através das observações acerca da infraestrutura escolar com registros de fotos do local.

As informações foram conduzidas para avaliar se a escola está cumprindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) no que diz respeito à inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência. A discussão entre teorias facilitadas por autores que tratam do tema, bem como o confronto entre as leis que regem a educação inclusiva brasileira, pode fornecer um panorama do que é exigido pela legislação.

Já os dados coletados por meio das entrevista e guia de entrevista aplicados aos alunos e funcionários da escola fornecerão informações sobre como a escola está lidando com a inclusão de pessoas com deficiência. Finalmente, a discussão sobre a acessibilidade do ambiente escolar através das observações pode fornecer uma avaliação sobre se a infraestrutura da escola está adequada para atender às necessidades de pessoas com deficiência. Com essas informações, é possível avaliar se a escola está cumprindo com as restrições protegidas pela LDB/1996 no que se refere à inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência.

Considerando o perfil dos entrevistados, a entrevista foi dividida em duas etapas distintas: uma para os alunos do ensino médio e uma segunda para os funcionários da escola. Em cada etapa, as perguntas foram adaptadas ao perfil dos participantes, mas mantendo a estrutura básica das perguntas.

Na primeira etapa, com os alunos do ensino médio as perguntas foram formuladas de forma mais simples e direta, para que eles pudessem entendê-las facilmente. Além disso, foram incluídas perguntas que incentivavam a participação e a expressão dos alunos, como por exemplo: "O que você acha que a escola poderia fazer para melhorar a inclusão de alunos com deficiência?"

Todavia as perguntas também foram formuladas de forma a estimular a reflexão e a expressão de ideias. Além disso, incluí-se perguntas que fomentam a participação e a expressão dos alunos, como por exemplo: " Você já presenciou alguma situação relacionada à inclusão ou acessibilidade na escola durante o seu tempo na instituição? Como você acha que a escola poderia lidar com essa situação de forma mais efetiva?"

Na segunda etapa, com os funcionários da escola, as perguntas foram mais direcionadas para o contexto profissional e para a experiência de cada entrevistado na escola. Além disso, foi

questionado sobre as práticas inclusivas e de acessibilidade adotadas pela escola e como elas são integradas na prática. Outro ponto importante foi o questionamento sobre as formações e capacitações oferecidas pela escola, e como elas instruíram para a melhoria das práticas inclusivas e de acessibilidade.

Neste sentido, apresenta-se a seguir a tabulação e a análise da pesquisa de campo.

TABELA 3

Características dos Entrevistados e Etapas da Entrevista na Escola Dr. Raul Venturelli

Etapa da entrevista	Características dos Entrevistados	Tipo de perguntas
1ª Etapa	Alunos do Ensino Médio	<p>Perguntas mais simples e diretas, que incentivam a participação e expressão dos alunos. Exemplo: "O que você acha que a escola poderia fazer para melhorar a inclusão de alunos com deficiência?"</p> <p>Em conjunto com perguntas mais complexas e abertas, que estimulam a reflexão e a expressão de ideias. Exemplo: "Você já presenciou alguma situação relacionada à inclusão ou acessibilidade na escola durante o seu tempo na instituição? Como você acha que a escola poderia lidar com essa situação de forma mais efetiva?"</p>

2ª Etapa	Funcionários da Escola (Professores e Equipe Escolar)	Perguntas direcionadas para o contexto profissional e para a experiência de cada entrevistado na escola. Incluindo questionamentos sobre as práticas inclusivas e de acessibilidade aceitas pela escola, formações e capacitações oferecidas pela escola, e como elas instruíram para a melhoria das práticas inclusivas e de acessibilidade.
-----------------	--	---

Fonte: autor Cláudio Roberto Azevedo, 2022.

É válido ressaltar que durante as duas etapas desse estudo as questões expostas na tabela nº3 foram adicionadas e/ou modificadas de acordo com a linguagem de cada grupo entrevistado, porém elas ainda fazem parte da lista geral de questionamentos apresentados no anexo “Guia de entrevista”.

3.1- Opinião dos alunos do Ensino Médio sobre a Inclusão e Acessibilidade na escola

Na segunda etapa da entrevista, foram ouvidas as opiniões e experiências dos alunos do ensino médio sobre inclusão e acessibilidade na escola. As perguntas foram elaboradas de forma a estimular a reflexão e a expressão de ideias dos guiados, com questões mais complexas e abertas.

Dentre as possíveis respostas do grupo, destaca-se a preocupação com a falta de acessibilidade em algumas áreas da escola, como banheiros e rampas inclinadas para pessoas com deficiência física. Alguns alunos apresentaram situações em que pessoas com deficiência tiveram dificuldades para acessar certas partes da escola, o que demonstra a importância da

escola investir em melhorias para garantir a inclusão de todos os alunos.

Outro ponto verificado foi a necessidade de mais ações para conscientização e respeito à diversidade. Muitos alunos relataram situações em que colegas de classe com deficiência eram alvo de preconceito, o que demonstrava a necessidade de uma abordagem educativa e preventiva por parte da escola. Além disso, os entrevistados destacaram a importância de incluir a diversidade em atividades escolares e eventos, como forma de defender a diferença e promover a inclusão.

Houve também relatos de alunos que se sentiram excluídos em determinadas atividades escolares, seja por dificuldades de acessibilidade ou por falta de instrução pedagógica. Esses relatos evidenciam a importância de a escola adotar práticas inclusivas e personalizadas, capazes de atender às necessidades de cada aluno e garantir a igualdade de oportunidades.

Em suma, as respostas levantadas do grupo da primeira etapa da entrevista indicam a necessidade de investimentos em acessibilidade estrutural, educação para a diversidade e personalização pedagógica. A inclusão de todos os alunos é uma responsabilidade da escola e deve ser vista como uma prioridade em todas as suas ações e práticas educativas.

3.2- Perspectiva dos funcionários sobre as práticas inclusivas e de acessibilidade da escola

Durante a segunda etapa da entrevista, os funcionários da escola foram convidados a compartilhar suas perspectivas e experiências em relação à inclusão e acessibilidade na instituição. As respostas variaram de acordo com o cargo e a função desempenhada pelos atendidos, mas em geral houve uma ênfase na importância de práticas inclusivas e acessíveis para todos os alunos.

Muitos dos funcionários destacaram a importância de ter uma equipe multidisciplinar na escola, com profissionais especializados em atender as necessidades dos alunos com

deficiência. Alguns mencionaram a necessidade de treinamentos regulares para os professores e funcionários, para que eles possam aprimorar suas habilidades e conhecimentos na área de inclusão e acessibilidade. Alguns também destacam a importância de envolver os pais e responsáveis na promoção da inclusão e acessibilidade na escola.

Os entrevistados aceitaram compartilhar suas experiências em relação às práticas inclusivas e toleradas pela escola. Alguns destacam a importância de fornecer materiais para atender às necessidades dos alunos com deficiência, como a disponibilização de material didático em braile ou em formato digital acessível. Outros mencionaram a importância de oferecer recursos e tecnologias assistivas para os alunos, como cadeiras de rodas e tablets adaptados.

Além disso, enfatizaram a importância de garantir o acesso físico e arquitetônico à escola, como rampas, banheiros adaptados e corredores amplos para circulação de cadeiras de rodas. Alguns também mencionaram a necessidade de garantir a acessibilidade nos espaços virtuais da escola, como o site e as redes sociais.

Em resumo, as respostas dos funcionários da escola na segunda etapa da entrevista evidenciaram a importância de práticas inclusivas e acessíveis para todos os alunos. A disponibilização de recursos e tecnologias assistivas, a adaptação curricular, a formação e capacitação dos profissionais e a acessibilidade física e arquitetônica são algumas das estratégias citadas como essenciais para promover a inclusão e acessibilidade na escola.

3.3 - Acessibilidade e inclusão em foco: imagens que contam a história da escola

Neste segmento, apresentamos algumas imagens do ambiente escolar estudado, a fim de oferecer uma visão mais abrangente sobre o contexto em que se desenvolveu a pesquisa. Essas imagens foram capturadas durante uma visita à escola e mostram diversos aspectos relevantes

para o estudo da inclusão e da acessibilidade nessa instituição. Além disso, as fotos podem auxiliar na compreensão das informações coletadas nas entrevistas com os alunos e funcionários, que informaram suas percepções sobre as práticas inclusivas e aceitas pela escola.

3.3.1 - Análise da fachada da Escola Raul Venturelli: uma visão em imagens

A fachada de uma escola é a primeira impressão que os alunos e visitantes têm do ambiente escolar. No entanto, para uma escola administrativa inclusiva e acessível, a preocupação com a acessibilidade e inclusão deve estar presente em todos os espaços, desde a entrada até as salas de aula e áreas de lazer. Neste contexto, apresentamos algumas imagens que ilustram como a escola Dr. Raul Venturelli tem buscado promover a acessibilidade e inclusão no pátio escolar e em outras áreas externas:

FIGURA 01

Foto da Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Raul Venturelli – entrada dos alunos.



Nota. Fonte: autor Cláudio Roberto Azevedo, 2022.

É possível identificar alguns aspectos importantes da fachada da escola Raul Venturelli em relação à acessibilidade e inclusão. Por exemplo, o fato de a calçada ter uma largura ampla é positivo para garantir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida, como cadeiras.

Já em relação ao portão da frente, a presença de portas duplas pode ser considerada uma medida positiva, pois facilita o acesso de pessoas com diferentes necessidades. No entanto, o portão não possui sinal visual adequado para indicar a sua presença nem dispositivos de abertura que facilitem o uso por pessoas com deficiência física, como botões de pressão ou acionamento remoto.

FIGURA 02

Foto da Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Raul Venturelli – rua e calçada.



Nota. Fonte: autor Cláudio Roberto Azevedo, 2022.

Como observado na figura n.2, o fato de a rua ser composta por pequenos blocos sinuosos pode dificultar a locomoção de pessoas com mobilidade reduzida, como cadeiras, que podem encontrar dificuldades para se movimentar em terrenos irregulares. Além disso, a presença de buracos na calçada pode representar um risco de queda para qualquer pessoa que transite pelo local, podendo causar lesões graves.

Esses fatores podem impactar na acessibilidade e inclusão de todos os alunos, professores e funcionários da escola, já que podem limitar a mobilidade e autonomia das pessoas com deficiência ou dificuldade de locomoção. É importante que a escola adote medidas para melhorar a infraestrutura do ambiente e garantir que todos possam se deslocar com segurança e independência no ambiente escolar.

FIGURA 03:

Foto da Escola Estadual de Ensino Medio Dr. Raul Venturelli – entrada de acesso direto ao pátio1.



Fonte: autor Cláudio Roberto Azevedo, 2022.

Na entrada do portão está uma árvore em que as suas raízes são um obstáculo para o acesso, dificultando a entrada de pessoas, representando um grande obstáculo para quem tem uma deficiência ou com mobilidade reduzida.

FIGURA 04:

Foto da Escola Estadual de Ensino Medio Dr. Raul Venturelli – entrada de acesso direto ao pátio2.



Nota. Fonte: autor Cláudio Roberto Azevedo, 2022.

A presença da árvore com raízes proeminentes na entrada da escola pode representar um obstáculo para a acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, além de dificultar o acesso de veículos maiores, como vans escolares, por exemplo. É importante que a escola esteja atenta a esses possíveis obstáculos e tome medidas para garantir a acessibilidade de todos os alunos e funcionários. Isso pode envolver a poda da árvore, a construção de rampas de acesso ou outras obrigatórias. A escola deve sempre buscar maneiras de promover a inclusão e a acessibilidade em todos os aspectos de sua estrutura física.

É importante lembrar que a fachada da escola também pode transmitir mensagens e valores em relação à inclusão e diversidade. Por exemplo, a presença de símbolos e mensagens que enfatizem a importância da inclusão e do respeito à diversidade podem contribuir para criar um ambiente mais acolhedor e inclusivo para todos os alunos e funcionários da escola.

3.3.2 - Acessibilidade e inclusão no pátio escolar

Acessibilidade e inclusão são questões importantes no contexto escolar, pois garantem que todos os alunos possam usufruir do ambiente educacional de maneira igualitária. Nesse sentido, o pátio escolar desempenha um papel fundamental, já que é um espaço de convivência e de diversas atividades para os estudantes. Nesta seção, serão desenvolvidas imagens que mostram aspectos relacionados à acessibilidade e inclusão no pátio da escola Dr. Raul Venturelli, com o objetivo de analisar e refletir sobre como essas questões são abordadas no ambiente escolar.

FIGURA 05:

Foto da Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Raul Venturelli – corredor externo 1



Nota. Fonte: autor Cláudio Roberto Azevedo, 2022.

Corredor de acesso para o bloco 2 da escola, o piso de lajota é irregular dificultando o acesso das pessoas com deficiência.

FIGURA 06:

Foto da Escola Estadual de Ensino Medio Dr. Raul Venturelli – corredor externo2



Nota. Fonte: autor Cláudio Roberto Azevedo, 2022

Corredor de acesso para o bloco 2 da escola, está com desnivelamento do piso aonde está uma placa de concreto para que haja o escoamento de água.

FIGURA 07:

Foto da Escola Estadual de Ensino Medio Dr. Raul Venturelli – corredor externo3



Nota. Fonte: autor Cláudio Roberto Azevedo, 2022.

Início da entrada da escola, aonde se encontra a árvore com as raízes expostas, podendo ser observado um desnível para o escoamento de água, e estão colocadas placas de concreto perfuradas.

FIGURA 08:

Foto da Escola Estadual de Ensino Medio Dr. Raul Venturelli – corredor externo4



Nota. Fonte: autor Cláudio Roberto Azevedo, 2022.

Continuação do corredor de entrada, aonde está uma porta dupla em que os alunos tem a dificuldade de estar passando pela mesma por ser pesada e estar emperrada.

FIGURA 09:

Foto da Escola Estadual de Ensino Medio Dr. Raul Venturelli – corredor externo5



Nota. Fonte: autor Cláudio Roberto Azevedo, 2022.

Para o acesso a Secretária Acadêmica possui uma rampa de acesso com grau de

moderação médio, não estando em conformidades pelas Normas ABNT.

FIGURA 10:

Foto da Escola Estadual de Ensino Medio Dr. Raul Venturelli – corredor externo 6



Nota. Fonte: autor Cláudio Roberto Azevedo, 2022.

A entrada 1 da escola o piso é nivelado sendo de bom acesso para os alunos.

FIGURA 11:

Foto da Escola Estadual de Ensino Medio Dr. Raul Venturelli – corredor externo7



Nota. Fonte: autor Cláudio Roberto Azevedo, 2022.

A presença de rampas no pátio escolar é um indicativo de que a escola Dr. Raul Venturelli está comprometida com a acessibilidade e inclusão de todos os seus alunos, independente de suas limitações físicas, porém é valido destacar que a “rampa” presente na

imagem encontra-se em uma situação precária devido ao material de sua composição, além do possível atrito que pode ocasionar para a locomoção de pessoas em cadeiras de rodas. Além disso, outro ponto negativo é a situação precária da estrutura apresentada nas figuras 6 e 7, onde ha relevo e rachaduras no chão além de ferrugem nas grades de apoio.

A cobertura dos corredores externos proporciona um ambiente seguro e confortável para as atividades realizadas durante os dias de chuva. O uso de lajotas no piso pode ser uma preocupação em relação à acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, mas pode ser contornado com o uso de pisos táteis e outros recursos. No geral, apesar da escola aparentar um espaço pensado para receber todos os alunos de forma inclusiva e segura ainda há muito com o que se preocupar.

3.3.3 - Acessibilidade e inclusão no refeitório da escola

O refeitório é um dos ambientes mais frequentados pelos alunos durante o período escolar. É o local onde eles fazem suas refeições e, muitas vezes, é utilizado como espaço de convivência e integração entre os estudantes. No entanto, é importante observar a acessibilidade e inclusão nesse espaço, garantindo que todos os alunos possam usufruir dele sem qualquer tipo de limitação. Nessa seção, vamos analisar como a escola Dr. Raul Venturelli se adequa a essas questões no refeitório.

FIGURA 12:

Foto da Escola Estadual de Ensino Medio Dr. Raul Venturelli – refeitório1



Nota. Fonte: autor Cláudio Roberto Azevedo, 2022

O refeitório o piso é nivelado, não havendo a dificuldade para os alunos se locomoverem, enquanto os distanciamento das mesas é inadequado para pessoas com deficiência, principalmente para cadeirantes.

FIGURA 13:

Foto da Escola Estadual de Ensino Medio Dr. Raul Venturelli – refeitório 2



Nota. Fonte: autor Cláudio Roberto Azevedo, 2022.

No refeitório está localizado o lavatório e bebedouro, em que para as pessoas com deficiência tem dificuldades para utilizarem, não estando de acordo com as Normas da ABNT.

FIGURA 14:

Foto da Escola Estadual de Ensino Medio Dr. Raul Venturelli – refeitório 3



Nota. Fonte: autor Cláudio Roberto Azevedo, 2022

O suporte de papel toalha e saboneteira está com a altura adequada para os alunos que não possuem nenhuma deficiência.

FIGURA 15:

Foto da Escola Estadual de Ensino Medio Dr. Raul Venturelli – refeitório 4



Nota. Fonte: autor Cláudio Roberto Azevedo, 2022

O balcão térmico para self service ao fundo não é o adequado para pessoas com deficiência e o balcão de entrega dos alimentos não está adequado para atender as pessoas com deficiência, sendo necessário um funcionário para estar servindo a alimentação para o aluno com deficiência.

FIGURA 16:

Foto da Escola Estadual de Ensino Medio Dr. Raul Venturelli – refeitório 5



Nota. Fonte: autor Cláudio Roberto Azevedo, 2022

A partir das imagens é possível inferir que o refeitório da Escola Raul Venturelli possui grandes mesas organizadas em grupos, indicando que o espaço é utilizado para a realização de refeições em grupo. Além disso, a presença de uma rampa logo na entrada sugere que o espaço foi projetado com acessibilidade em mente, facilitando o acesso de alunos com mobilidade reduzida. A organização das mesas em grupos pode favorecer a interação entre os estudantes, promovendo um ambiente mais inclusivo e acolhedor. Já a rampa reforça a importância da acessibilidade e da inclusão de todos os alunos na escola.

Podemos perceber que a acessibilidade no refeitório pode ser melhorada ao analisar a disposição das mesas em relação às pias/bebedouros. É importante garantir que esses equipamentos estejam localizados em um espaço acessível e de fácil alcance para todos os

alunos, independentemente de suas habilidades físicas.

Além disso, é importante lembrar que a acessibilidade em espaços públicos, como escolas, não deve ser vista como um "luxo" ou um "acréscimo opcional". É um direito básico de todos os alunos e deve ser garantido desde o projeto inicial da escola e mantido em sua manutenção contínua. A falta de acessibilidade pode excluir e limitar a participação de alunos com deficiência nas atividades escolares, o que prejudica tanto o seu desenvolvimento pessoal quanto a comunidade escolar como um todo.

3.3.4 - Acessibilidade na entrada das salas de aula

A entrada da sala de aula é um espaço crucial para garantir a acessibilidade e inclusão dos alunos. Nesse ambiente, cada detalhe pode fazer a diferença para facilitar a locomoção dos estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida. Portanto, é importante observar aspectos como a largura e a altura da porta, a presença ou não de soleira e degrau, entre outros fatores que podem impactar na acessibilidade do espaço.

As salas de aula da escola Dr. Raul Venturelli, quando da sua construção não foram adequadas para pessoas com deficiência, por ser uma escola antiga não havia a preocupação com a inclusão das pessoas com deficiência, e mesmo agora as mesmas com algumas adequações não proporcionam a independência do aluno com deficiência estar se locomovendo.

FIGURA 17:

Foto da Escola Estadual de Ensino Medio Dr. Raul Venturelli – entrada de sala de aula 1



Nota. Fonte: autor Cláudio Roberto Azevedo, 2022.

A entrada da sala de aula possui um degrau, dificultando o acesso para alunos com deficiência.

FIGURA 18:

Foto da Escola Estadual de Ensino Medio Dr. Raul Venturelli – entrada de sala de aula 2



Nota. Fonte: autor Cláudio Roberto Azevedo, 2022.

A largura das portas não estão adequadas para pessoas com deficiência, principalmente

cadeirantes em que passam dificuldades para estarem entrando nas salas de aula.

FIGURA 19:

Foto da Escola Estadual de Ensino Medio Dr. Raul Venturelli – entrada de sala de aula 3



Nota. Fonte: autor Cláudio Roberto Azevedo, 2022.

O corredor de acesso para as salas de aula é estreito e possui bancos de cimento em que dificulta a locomoção das pessoas com deficiência e tem um desnível muito alto para com o pátio.

FIGURA 20:

Foto da Escola Estadual de Ensino Medio Dr. Raul Venturelli – entrada de sala de aula 4



Nota. Fonte: autor Cláudio Roberto Azevedo, 2022.

Vista panorâmica do corredor de acesso para as salas de aulas.

FIGURA 21:

Foto da Escola Estadual de Ensino Medio Dr. Raul Venturelli – entrada de sala de aula 5



Nota. Fonte: autor Cláudio Roberto Azevedo, 2022

Com base nas observações das imagens acima é possível destacar a falta de

acessibilidade nas entradas das salas de aula, já que não há rampas para pessoas com mobilidade reduzida e a presença de degraus pode dificultar o acesso. Além disso, o pequeno degrau nas portas das salas pode ser um obstáculo para algumas pessoas.

3.3.5 - Banheiros escolares: análise de acessibilidade e inclusão

Os banheiros escolares são espaços essenciais em qualquer instituição de ensino, pois fornecem condições de higiene e conforto para os alunos e professores. Além disso, eles são um importante indicador da qualidade do ambiente escolar e da atenção dada à saúde e bem-estar dos indivíduos que frequentam a escola. Nessa seção, foram analisadas as imagens dos banheiros da escola Dr. Raul Venturelli, buscando identificar aspectos de acessibilidade e inclusão presentes nesses espaços.

FIGURA 22:

Foto da Escola Estadual de Ensino Medio Dr. Raul Venturelli – banheiro1



Nota. Fonte: autor Cláudio Roberto Azevedo, 2022

Os banheiros não estão adaptados para pessoas com deficiência, com portas estreitas.

FIGURA 23

Foto da Escola Estadual de Ensino Medio Dr. Raul Venturelli – banheiro2



Nota. Fonte: autor Cláudio Roberto Azevedo, 2022.

FIGURA 24:

Foto da Escola Estadual de Ensino Medio Dr. Raul Venturelli – banheiro 3



Nota. Fonte: autor Cláudio Roberto Azevedo, 2022.

FIGURA 25:

Foto da Escola Estadual de Ensino Medio Dr. Raul Venturelli – banheiro4



Nota. Fonte: autor Cláudio Roberto Azevedo, 2022

A acessibilidade nos banheiros escolares é de extrema importância para garantir a inclusão de todos os alunos, independentemente de suas necessidades especiais. É preciso ter em mente que, em muitos casos, esses alunos passam uma grande parte do dia na escola, o que torna essencial que os banheiros sejam adaptados para atender às suas necessidades.

No caso específico das imagens, é preocupante notar que as separações das privadas não possuem espaços adaptados para cadeirantes, o que pode dificultar bastante o uso dos banheiros

por alunos que precisam de cadeiras de rodas ou de outros equipamentos de mobilidade. Além disso, a presença de microfones que não são adaptados também é uma falha, pois exclui os alunos que precisam de mais privacidade ou de um espaço mais amplo para equipamentos médicos.

É importante ressaltar que a falta de acessibilidade nos banheiros escolares não afeta apenas os alunos com necessidades especiais, mas também pode ser um obstáculo para professores e funcionários da escola que tenham alguma deficiência. Portanto, é fundamental que as escolas invistam em segurança e melhorias em seus banheiros para garantir que todos possam usá-los com segurança e conforto.

CONCLUSÃO

Após a análise das fotos e informações obtidas através das entrevistas realizadas, podemos concluir que ainda há muito a ser feito para garantir a acessibilidade e inclusão educacional de pessoas com deficiência na instituição.

Apesar de alguns fatos como a presença de rampas na entrada da escola e do refeitório, a ausência de rampas nas entradas das salas de aula e nos banheiros escolares mostram a necessidade de investimentos em acessibilidade arquitetônica. Além disso, a falta de espaço adaptado para cadeirantes nas cabines do banheiro e a falta de mictórios adaptados demonstram a necessidade de um planejamento mais adequado e consciente das necessidades específicas de cada aluno.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), é obrigação do Estado garantir o acesso ao ensino para todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, mentais ou sociais. Sendo assim, é fundamental que sejam realizadas ações efetivas para promover a acessibilidade e inclusão educacional em todas as escolas públicas.

É importante ressaltar que a acessibilidade não é apenas uma questão de adaptação física, mas se trata de garantir que as pessoas com deficiência tenham acesso ao conteúdo escolar em igualdade de condições com as demais. Nesse sentido, é necessário que a escola também defenda recursos pedagógicos específicos para as diferentes deficiências, como materiais em braille, descrição de áudio, entre outros.

Portanto, é imprescindível que a escola pública Estadual Dr. Raul Venturelli de Capão Bonito/SP invista em ações que promovam a acessibilidade e inclusão educacional de pessoas com deficiência, garantindo a realização plena do direito à educação e cumprindo o que está

estabelecido pela LDB/1996. Somente assim poderemos garantir uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

RECOMENDAÇÕES

Após realizar um estudo de caso em uma escola pública estadual em Capão Bonito/SP, constatamos que há muito a ser feito para garantir a acessibilidade e inclusão educacional de pessoas com deficiência na instituição. Embora existam alguns avanços, como a presença de rampas na entrada da escola e do refeitório, ainda há deficiências arquitetônicas em locais como as salas de aula e os banheiros escolares.

Conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), é dever do Estado garantir o acesso à educação para todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, mentais ou sociais. Dessa forma, é possível que a escola pública estadual de Capão Bonito/SP invista em ações que promovam a acessibilidade e inclusão educacional de pessoas com deficiência.

Nesse sentido, recomendamos que a escola realize um planejamento mais consciente das necessidades específicas de cada aluno com deficiência, como a implementação de rampas nas entradas das salas de aula e dos banheiros escolares, bem como a adequação das cabines do banheiro para espaço adaptado para cadeiras e a disponibilização de mictórios adaptados. Além disso, é fundamental que a escola defenda recursos pedagógicos específicos para as diferentes deficiências, como materiais em braille e descrição de áudio.

A acessibilidade não é apenas uma questão de adaptação física, mas também se trata de garantir que as pessoas com deficiência tenham acesso ao conteúdo escolar em igualdade de condições com as demais. Portanto, é necessário que a escola pública estadual de Capão Bonito/SP invista em ações que promovam a inclusão educacional, garantindo a plena realização do direito à educação.

Acreditamos que, com essas medidas, a escola estará cumprindo o que está estabelecido

pela LDB/1996 e confiante para uma sociedade mais justa e igualitária para todos. A educação inclusiva é um direito humano fundamental e não pode ser negligenciada em nenhuma instituição de ensino.

Referência Bibliográfica

- Abramovay, M. (2013). *Escolas inovadoras: experiências bem-sucedidas em escolas públicas*. Brasília: Unesco.
- Andrade, M. M. (2009) *Introdução à metodologia do trabalho científico*. 9 ed. São Paulo: Atlas
- Almeida, R. K. C. (2013), *Dificuldades pedagógicas dos professores de Educação Física na inclusão escolar da pessoa com deficiência na rede municipal de Nossa Senhora do Socorro*. (Orgs.). Educação Física Inclusiva: perspectivas para além da deficiência. São Cristóvão: Editora UFS.
- Amaral, M.C. (2010), *Deficiência física*. In: *CORDE (Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência)*. *Viver sem limite*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos.
- Antunes, M.A.M. (2015). Acessibilidade em salas de aula do ensino superior: um estudo exploratório. *Revista Brasileira de Educação*, 20(62).
- Araújo et al. *Dimensões Da Intervenção Psicopedagógica na educação Especial*. Disponível em:https://editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2020/TRABALHO_EV137_MD1_SA19_ID672_14102020101050.pdf.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, móveis, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em:
<https://www.abnt.org.br/>.
- Blanco, R. (2003). Aprendendo na diversidade: *Implicações educativas*. Foz do Iguaçu. Recuperado em 20 de abril de 2023, de
<http://entreamigos.org.br/sites/default/files/textos/Aprendendo%20na%20Diversidade20%20Implica%C3%A7%C3%B5es%20Educativas.pdf>.

Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. (1998). Brasília.

Recuperado em 10 abril 2023, de

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm

_____(1996) *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. LDB 9394, de 20 de dezembro

_____(2004). *Decreto nº 5.296, Regulamenta as Leis nº 10.048*, de 8 de novembro de 2000,

que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da

acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá

outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm)

[2006/2004/ Decreto /D5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm)>

_____*Lei nº 10.048, de 8 de Novembro de 2000*. Dá prioridade de atendimento às pessoas que

especifica, e dá outras providências Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L.10048.htm)

[03/Leis/L.10048.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L.10048.htm)>

_____*Lei nº 10.098, de 19 de Dezembro de 2000* Estabelece normas gerais e critérios básicos

para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com

mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm)

[gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm)> .

Brasil (2015). Lei nº 13.146, de 07 de julho de 2015. Dispõe sobre a Inclusão da Pessoa com

Deficiência. 2015. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 07 jul. 2015b. Disponível

em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm

Brasil (2001). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Diretrizes Nacionais*

para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002641.pdf>.

Brasil (2011) . Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver Sem Limite*. Brasília: SDH/PR.

Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/pessoa-com-deficiencia/viver-sem-limite.pdf/view>.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF, 2009a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>.

_____. Lei nº 7.853/1989 - *Dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências*: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm.

_____. Lei nº 10.098/2000 - *Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências*: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm

_____. Lei nº 10.172/2001 - *Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências*: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10172.htm.

_____. Lei nº 13.146/2015 - *Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm.

_____. Lei nº 13.005/2014 - *Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras*

providências: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm.

Decreto nº 5.296/2004 - Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2004/decreto/d5296.htm.

Resolução CNE/CEB nº 2/2001 - Institutos de Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012001.pdf>.

Resolução CNE/CP nº 1/2014 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos:

http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb001_14.pdf.

Portaria MEC nº 1.679/2019 - Instituto o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec): <http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-1.679-de-11-de-julho-de-2019-193988168>.

Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo* (LA Reto & A. Pinheiro, Trads.). Edições 70.

Blanco, R. *Aprendendo na diversidade: Implicações educativas*. Foz do Iguaçu: 2003.

Disponível em:

<http://entreamigos.org.br/sites/default/files/textos/Aprendendo%20na%20Diversidade%20%20Implica%C3%A7%C3%B5es%20Educativas.pdf>. Acesso em 08 de mar de 2016.

Campoy, T. (2018) *Metodología de la investigación científica*. Assuncion – Paraguay: Marben Editora e Gráfica S.A.

- Carvalho, M. R. A. (2019) *Inclusão Escolar: Estudo Realizado com Alunos com Síndrome de Down na Rede Privada de Ensino no Município de Olinda/Pe*. Appris Editora e Livraria Eireli-ME.
- Carvalho, M. de S. (2020) *A inclusão da criança portadora de necessidades Especiais no ensino regular*. Disponível em: <https://www.catolicadeanapolis.edu.br/biblioteca/wp-content/uploads/2020/01/MARCIA-DE-SOUSA-CARVALHO.pdf>.
- Carvalho-Freitas, M.N, & Bueno, J.G.S (2019). Educação inclusiva e formação de professores: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 25(2)
- Creswell. J.W. 2014. *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens*. 3ª ed., Porto Alegre, Grupo A.
- Cunha, M. S. (2015). *Ensino da língua portuguesa na perspectiva da inclusão do aluno cego no nível fundamental*. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe.
- Diniz, D. (2007), *O que é Deficiência*. São Paulo: Brasiliense.
- Duek, V. P.; Naujorks M. I. Inclusão e autoconceito: reflexões sobre a formação de professores. *Revista Educação, Santa Maria*, 2006, v. 31 (01).
- Ferreira, L.A.F (1995), *Desenvolvimento e deficiência*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Fontana, A., & Frey, J.H (2005). *A entrevista: Das perguntas estruturadas ao texto negociado*. Em NK Denzin & YS Lincoln (Eds.), *The Sage Handbook of Qualitative Research* (3ª ed., pp. 645-672). Sage Publicações. <https://dx.doi.org/10.4135/9781848608191.d29>.
- Gasparian, M. C. C. (2012). O psicopedagogo institucional na construção da solidariedade entre a escola a família e a comunidade. *Construção psicopedagógica*, 20(21).
- Glaser, B.G, & Strauss, A.L (2017). *Descoberta da teoria fundamentada: estratégias para*

pesquisa qualitativa. Routledge.

<https://books.google.com.br/books?id=IIm6DgAAQBAJ>.

Gil, A.C (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.

Hair, J.F.; Black, W.C.; Babin, B.J.; Anderson, R.E. & Tatham, R.L. *Análise multivariada de dados*. 6.ed. Porto Alegre, Bookman, 2009

Lakatos, M. M. *Fundamentos da Metodologia Científica*, M. F. (2010). São Paulo: Ed. Atlas

Lakatos, E.M & Marconi, M. A. (2003) *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas.

Luckesi, C.C (2008), Deficiência intelectual. In: *CORDE (Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência)*. *Viver sem limite*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos.

Lima, G. L. S.; Barbos, J. C. F.; Nogueira, C. G. M. (2019) *Educação inclusiva: garantindo o desenvolvimento de 50 políticas públicas no Brasil*. In: Congresso Nacional de Educação, 6, Campina Grande, PB. Anais.

Manzini, E. J. (2008). *Acessibilidade: um aporte na legislação para o aprofundamento do tema na área de educação*. Educação especial: diálogo e pluralidade, 3.

Matiskei, A. C. R. M. (2004). Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas. *Educar em revista*, (23).

Macedo, L. (2012), Educação inclusiva, tecnologia assistiva e formação de professores. *Revista Brasileira de Educação Especial, Marília*, v. 18 (1).

Mantoan, M.T.E (2003) *Deficiência auditiva*. In: *CORDE (Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência)*. *Viver sem limite*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos.

- Mazzotta, M.J.S (2011). *Educação inclusiva: o que o professor tem a ver com isso?* São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- Mazzota, M.J. S..(2005), *Educação especial no Brasil: História e políticas públicas*. 5a. Edição. São Paulo: Cortez.
- Miles, M.B, Huberman, A.M E Saldana, J. (2014). *Análise de dados qualitativos: um manual de métodos*. Sage Publicações. <https://books.google.com.br/books?id=wA07AgAAQBAJ>.
12 de março de 2023
- Minayo, M.C.S (2010). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Hucitec. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=qy4uBwAAQBAJ>.
- Organização Mundial de Saúde 2014. Classificação Internacional Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. Disponível em: <http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2014/11/classificacao-internacional-de-funcionalidade-cif-oms.pdf>.
- Organização das Nações Unidas. (2006), *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Nova Iorque. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/disabilities/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities/convention-on-the-direitos-das-pessoas-com-deficiencia-2.html>.
- Organização Mundial de Saúde.(2001), *CIF - Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde*. Lisboa: Direção-Geral da Saúde.
- Patton, M.Q (2015), *Pesquisa qualitativa e métodos de avaliação* (4ª ed.). Sage Publicações. <https://books.google.com.br/books?id=-hUPCgAAQBAJ>.
- Pereira, M.C.R (2004), *Psicologia escolar e inclusão: novos desafios, novas práticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo,.
- Pletsch, M.D; Pletsch, M.D (2014), *O processo de aprendizagem das pessoas com deficiência:*

- concepções e práticas inclusivas. *Revista Espaço Pedagógico, Passo Fundo*, v. 21(1)
- Rosa, S. P. D. S., & Delou, C. M. (2010). Fundamentos teóricos e metodológicos da inclusão. *Curitiba: IESDE*, 62.
- Sassaki, R.K. (1997), *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA.
- Santos, M.F.d(2006), *Deficiência e contexto familiar: perspectivas teóricas e empíricas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Sampieri, R.H. Collado, C.H. Lúcio, P.B (2003). *Metodologia de La Investigación*. 3ª edição. McGraw-Hill/Interamericana Editores. México.
- Schirmer, C. R., Browning, N., Bersch, R., & Machado, R. (2007). *Atendimento educacional especializado*. Deficiência física. Brasília, DF: MEC, SEESP. SEED.
- Secretária de Educação do Estado de São Paulo. *Escola Estadual Dr. Raul Venturelli*. Disponível em: <https://drventurelli.com.br/> .
- Strauss, A., & Corbin, J. (2015). *Fundamentos da pesquisa qualitativa: Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento da teoria fundamentada (4ª ed.)*. Sage Publicações. <https://books.google.com.br/books?id=ugomCgAAQBAJ>. 20 abr. 2023.
- Rodrigues, M.L.S; Lourenço, L.M.B. *Inclusão escolar: o desafio de compreender as necessidades educativas especiais*. *Revista Psicologia e Saúde em Debate*, v. 4, n. 2

APÊNDICE

APÊNDICE I: VALIDAÇÃO DO INSTRUMENTO



MESTRANDO: Cláudio Roberto Azevedo

ORIENTADOR: Dr. Javier Numan Caballero Merlo

Prezado professor Doutor

Este formulário destina-se à 1ª fase da validação do instrumento que será utilizado na coleta de dados de minha pesquisa de campo del curso Maestria en Ciencias de la Educación pela Universidad Autónoma de Asunción – UAA, cujo tema é: **ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO EDUCACIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DE CAPÃO BONITO/SP**. Os instrumento de pesquisa serão questionários semi-estruturados e entrevista.

Objetivos específicos do guia de entrevista para alunos e funcionários na pesquisa sobre acessibilidade e inclusão educacional na escola Dr. Raul Venturelli.

Objetivos Específicos do Guia de Entrevista	Alunos	Funcionários

Identificar a percepção dos participantes sobre a inclusão escolar de alunos com deficiência	X	X
Identificar a existência de recursos e práticas de acessibilidade e inclusão na escola	X	X
Identificar as dificuldades enfrentadas pelos alunos com deficiência na escola	X	
Identificar a opinião dos participantes sobre a efetividade das práticas inclusivas na escola	X	X
Identificar possíveis sugestões de melhorias para a inclusão escolar de alunos com deficiência	X	X

Contribuições do Especialista Avaliador:

Doutorando: Denis Maurílio Maricato

APÊNDICE II: VALIDAÇÃO DO QUESTIONÁRIO DOS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA



MESTRANDO: Cláudio Roberto Azevedo

ORIENTADOR: Dr. Javier Numan Caballero Merlo

Prezado professor Doutor

Este formulário destina-se à 1ª fase da validação do instrumento que será utilizado na coleta de dados de minha pesquisa de campo del curso Maestria en Ciencias de la Educación pela Universidad Autónoma de Asunción – UAA, cujo tema é: **ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO EDUCACIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DE CAPÃO BONITO/SP**. Os instrumento de pesquisa serão questionários semi-estruturados e entrevista.

Objetivos específicos do guia de entrevista para funcionários na pesquisa sobre acessibilidade e inclusão educacional na escola Dr. Raul Venturelli.

1	Qual é o seu nome e cargo na escola?
2	Há quanto tempo você trabalha na escola Dr. Raul Venturelli?
3	Você pode descrever quais práticas inclusivas são adotadas na escola? Como a escola promove a inclusão de alunos com deficiência?
4	Quais recursos de acessibilidade são utilizados na escola para atender às

necessidades dos alunos com deficiência?	
5	Como a escola lida com a diversidade cultural e social dos alunos?
6	Quais são os principais desafios que a escola enfrenta em relação à inclusão de alunos com deficiência? E como a escola tem lidado com esses desafios?
7	Como a escola tem se preparado para atender às demandas educacionais dos alunos com deficiência no contexto atual de ensino remoto?
8	Existe algum tipo de formação ou capacitação oferecida aos professores da escola sobre inclusão e acessibilidade? Quais são os principais temas abordados nesses cursos?
9	Qual é a sua opinião sobre a importância da inclusão e acessibilidade na educação?
10	Você tem alguma sugestão para melhorar as práticas inclusivas e de acessibilidade na escola?

Contribuições do Especialista Avaliador:

Doutorando: Denis Maurílio Maricato

Cláudio Roberto Azevedo
Mestrando em Ciências da Educação
Universidade Autônoma de Assunção- Paraguai

APÊNDICE III: ENTREVISTA APLICADO AO ESTUDANTE



Prezado Estudante,

Esta entrevista é parte integrante da pesquisa intitulada “Acessibilidade e inclusão educacional de pessoas com deficiência: um estudo de caso em uma escola pública estadual de Capão Bonito/SP”, para obtenção do título de Mestre da UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN - FACULTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACIÓN PROGRAMA DE MAESTRÍA EM CIENCIA DE LA EDUCACION, sob a orientação da Prof. Dr. Javier Numan Caballero Merlo. Esclareço que as respostas desta entrevista serão fundamentais para análise e conclusão referente ao tema desta pesquisa, motivo pelo qual solicito empenho em responde-lo. Obrigado

Cláudio Roberto Azevedo
Mestrando em Ciências da Educação
Universidade Autônoma de Assunção- Paraguai

APENDICE IV – ENTREVISTA APLICADO AOS FUNCIONÁRIOS



Prezado funcionário,

Esta entrevista é parte integrante da pesquisa intitulada “Acessibilidade e inclusão educacional de pessoas com deficiência: um estudo de caso em uma escola pública estadual de Capão Bonito/SP”, para obtenção do título de Mestre da UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN - FACULTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACIÓN PROGRAMA DE MAESTRÍA EM CIENCIA DE LA EDUCACION, sob a orientação da Prof. Dr. Javier Numan Caballero Merlo. Esclareço que as respostas desta entrevista serão fundamentais para análise e conclusão referente ao tema desta pesquisa, motivo pelo qual solicito empenho em responde-lo. Obrigado

Cláudio Roberto Azevedo
Mestrando em Ciências da Educação
Universidade Autônoma de Assunção- Paraguai

APENDICE V – CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO



CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DA PESQUISA

Eu, _____ RG/ CPF

_____, abaixo assinado, responsável por

_____, autorizo sua participação no estudo “Acessibilidade e inclusão educacional de pessoas com deficiência: um estudo de caso em uma escola pública estadual de Capão Bonito/SP”, como sujeito. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador Cláudio Roberto Azevedo sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da sua participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade ou interrupção do acompanhamento/ assistência/tratamento prestado ao sujeito pesquisado.

Cláudio Roberto Azevedo
Mestrando em Ciências da Educação
Universidade Autônoma de Assunção- Paraguai

ANEXO 01: Imagem do Município de Capão Bonito

19/03/2023, 01:14

Google Earth

